

## 4. Meio Socioeconômico

### 4.1 *Breve Histórico do Município*

A Colonização iniciou-se no século XVIII, quando as áreas junto à Serra do Botucatu, foram divididas em sesmarias, tendo uma delas, a Fazenda Santo Inácio, dado origem às cidades de Botucatu e Pardinho.

Às dificuldades, inerentes da época, retardaram a efetiva ocupação da região, apesar do Governo Provincial tê-la incentivado, em 1776, concedendo terras aos povoadores.

A partir da abertura da estrada ligando Sorocaba às cabeceiras do rio Pardo, em 1830, foi possível o estabelecimento de colonos, que iniciaram pequenas fazendas. Alguns anos depois, João Antônio Gonçalves doou uma área para construção da Capela do Divino Espírito Santo que, junto a outras doações feitas por Bento Franco e José Rocha, possibilitaram a formação do patrimônio de Espírito Santo do Rio Pardo.

Em fins do século XIX, a povoação teve período de grande desenvolvimento quando, motivados pela expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, muitos imigrantes afluíram para a região. Nessa época foram introduzidos melhoramentos públicos, e, em 1891, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito de Paz.

Os constantes extravios de correspondência, devido a enganos com outras povoações ao longo do rio Pardo, motivaram a alteração do topônimo para Pardinho, em 1939, por estar a sede Distrital localizada nas cabeceiras daquele rio.

As crises de cafeicultura, por volta de 1930, provocaram um período de retração no seu progresso, somente superado na década de 1950, com a introdução da pecuária.

### 4.2 *Rede Urbana*

Neste item será abordada a formação da rede urbana do município de Pardinho, em articulação com os municípios polarizadores. Este estudo identificará na rede de cidades, um papel fundamental na estruturação e organização do espaço geográfico da região analisada.

Os centros urbanos de uma determinada região têm um conjunto de relações de interdependência entre eles, podendo, em função de sua condição hierárquica, estabelecer relações também com centros urbanos de outras regiões.

O estudo das inter-relações entre os centros urbanos se justifica pela necessidade de se entender a dinâmica das interações, o fluxo da população em busca de produtos, serviços e emprego e a sua distribuição no espaço geográfico.

Neste item será feita uma análise direcionada à hierarquização e interação municipal no contexto regional e outra, direcionada à hierarquização dos núcleos e aglomerados urbanos.

Em linhas gerais, o presente Capítulo adotou como base para as análises apresentadas o estudo 'Região de Influência de Cidades – 2007', publicado pelo IBGE.

A metodologia utilizada para o estudo do sistema de cidades prevê uma organização hierarquizada dos centros urbanos. Dessa forma, cada cidade possui áreas de influência diferenciadas em função do alcance dos bens e serviços lá oferecidos, contrapondo-se a outros centros. Nesse sentido, alguns bens e serviços produzidos e ofertados pelos centros urbanos podem ter alcance nacional, regional ou local. Quanto maior e mais variada for a gama de bens e serviços oferecidos à população, mais alto será o nível hierárquico atingido pelo centro urbano e maior será a sua área de influência.

De forma geral, existe uma tendência de concentração populacional nas grandes cidades com funções de maior centralidade, sendo estas, em grande medida, as capitais de Estado. Em contraposição, centros urbanos produtores apenas de bens e serviços procurados pela população local, para a satisfação cotidiana de suas necessidades, apresentam uma menor área de influência, posicionando-se em níveis hierárquicos mais baixos.

Justifica-se a análise em dois tipos de classificação que se inter-relacionam: a da hierarquia funcional entre as cidades e da polarização entre os centros urbanos.

## Hierarquia Funcional

No estudo de hierarquia funcional, ou hierarquia de centros urbanos, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em subníveis, a saber:

- **Metrópoles: Grande metrópole nacional / Metrópole nacional / Metrópole**

São os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.

O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações.

- **Capital regional: Capital regional A / Capital regional B / Capital regional C**

Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro – Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

- **Centro sub-regional: Centro sub-regional A / Centro sub-regional B**

Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial. Têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede, dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste.

- **Centro de zona: Centro de zona A / Centro de zona B**

Nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

- **Centro local**

As demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Pardinho se encontra na categoria de Centro Local, o mais baixo nível na cadeia da hierarquia funcional entre cidades.

### **Polarização**

O município de Pardinho é polarizado pelos municípios de Botucatu, (Centro Sub-regional A), Bauru (Capital Regional C), São Manuel (Centro de Zona B), Avaré (Centro Sub-regional B), Jaú (Centro Sub-regional A), e a capital do estado, São Paulo, classificada como Grande Metrópole Nacional pela Hierarquia Funcional entre Cidades (IBGE, 2007).

Tem relação muito forte com Botucatu e Bauru, com as quais têm atração em praticamente todos os segmentos analisados pelo estudo, englobando saúde, educação, lazer, comércio e infraestrutura. Possui relação menos forte com São Manuel e Avaré, em relação à serviços de educação, e com Jaú, na procura de oferta em infraestrutura de saúde especializada. Os moradores de Pardinho ainda buscam, além de transporte aéreo, a infraestrutura da capital São Paulo para suprir a carência de serviços locais.

Por ser um município muito pequeno e com pouca atividade econômica, Pardinho não polariza nenhuma cidade.

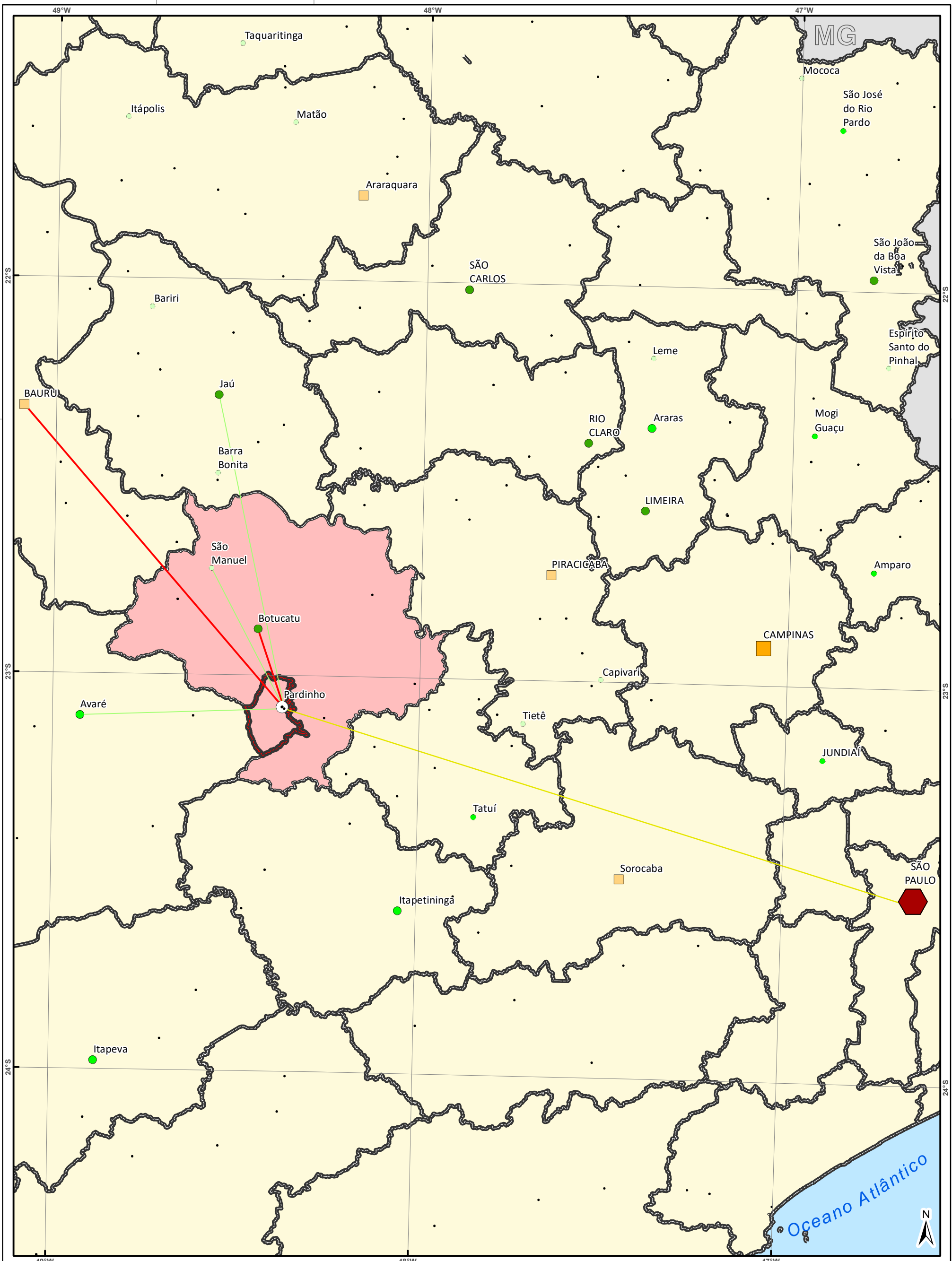
A tabela e o mapa a seguir indicam a polarização entre os centros urbanos do território.

**Tabela 2 – Relação da Polarização de Pardinho com os Municípios do entorno**

Municípios Polarizadores	Município da Área de Influência	Municípios Polarizados
Botucatu Bauru São Paulo São Manuel Avaré Jaú	Pardinho	-

Fonte: Regiões de Influência das Cidades – IBGE, 2007.

### **Mapa 5 - Rede Urbana Polarizada**



<p><b>Convenções cartográficas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li> Sede municipal de Pardinho</li> <li> Pardinho</li> <li> Microrregião de Botucatu</li> <li> Microrregiões do Estado de São Paulo</li> <li> Limite estadual</li> </ul>	<p><b>Hierarquia entre cidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li> Grande Metrópole Nacional</li> <li> Metrópole Nacional</li> <li> Metrópole</li> <li> Capital Regional A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li> Capital Regional B</li> <li> Capital Regional C</li> <li> Centro Subregional A</li> <li> Centro Subregional B</li> <li> Centro de Zona A</li> <li> Centro de Zona B</li> <li> Centro Local</li> </ul>	<p><b>Polarização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li> Muito Fraco</li> <li> Fraco</li> <li> Médio</li> <li> Forte</li> <li> Muito Forte</li> </ul>	<p>Localização Geral</p>	<p>1:1.000.000</p> <p>0 12,5 25 50 Km</p> <p>Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S          Projeção: Transverse Mercator          Datum: SIRGAS 2000</p> <p>Prefeitura Municipal de Pardinho          Plano Diretor</p> <p><b>REDE URBANA</b></p> <p>INTERAÇÃO URBANA</p> <p>agosto/2019</p>
---	---	---	--	--------------------------	--

Fonte: IBGE, REGIC

P:\010\_MitacaoUrbana\012\_PDP\_Pardinho\3\_FDC\3\_Projetos\1\_Maps\PD\01012\_MP\_PD\_ReseUrbana\_A3\_R01\_ADP.mxd

### 4.3 Demografia

Pardinho (Latitude: 23°04'51" S / Longitude: 48°22'26" W) é um município do Estado de São Paulo, pertencente à microrregião de Botucatu e a mesorregião de Bauru. Está localizado na Região Sudeste do país, e possui uma área de 209,894 km<sup>2</sup> de extensão territorial e 5.582 habitantes segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, sendo que desse total, 78,63% se localizam em áreas urbanas e 21,37% em áreas rurais. A densidade demográfica é de 26,59 habitantes/km<sup>2</sup>.

A sede municipal, a uma altitude de 895 metros, dista 185 km da capital do Estado, São Paulo. Seus municípios limítrofes são: Botucatu, Itatinga e Bofete.

**Tabela 3 – Características Territoriais de Pardinho**

Área:	<b>209,894 km<sup>2</sup> (2018)</b>
População:	5.582 habitantes (Censo 2010, IBGE)
População estimada 2018:	6.360 habitantes
Densidade demográfica:	26,59 habitantes/km <sup>2</sup> (Censo 2010, IBGE)
Distribuição demográfica:	Urbana: 78,63% Rural: 21,37%
Localização:	Região Sudeste do Brasil
Hora local:	G.M.T. menos 3 (três) horas

Fonte: IBGE, 2010.

O mapa a seguir mostra o município e suas localidades.

### Mapa 6 – Localidades do Município



## Porte e Dinâmica

A Microrregião de Botucatu é uma das microrregiões do estado de São Paulo pertencente à mesorregião de Bauru. Está dividida em sete municípios (Anhembi, Bofete, Botucatu, Conchas, Pardinho, Pratânia e São Manuel), e possui uma área total de 1.042,320 Km<sup>2</sup>. Sua população foi contabilizada em 209.420 habitantes pelo Censo Demográfico do IBGE (2010).

O município mais populoso da microrregião é, certamente, Botucatu, com contingente populacional de 127.328 habitantes, mais do triplo do segundo maior município, São Manuel, que contabilizou 38.342 habitantes em 2010. Conchas é o terceiro maior município em termos de população, com 16.288 habitantes. O menor dentre eles é Pratânia, com quase 5 mil habitantes.

No período 1991-2000, a população de todos os municípios experimentou um considerável crescimento, por acima da média estadual (1,78%), exceto São Manuel, que teve uma taxa geométrica de crescimento<sup>1</sup> positivo um pouco menor (1,37%). Destacar, neste período, os municípios de Pratânia e Pardinho, com taxas geométricas de crescimento de 3,75% e 3,59%, respectivamente.

Na última década, entre 2000 e 2010, os municípios da microrregião seguiram com essa tendência de crescimento positivo, ainda que de forma mais leve, alcançando uma taxa geométrica anual de 1,39%, acompanhando o ritmo de crescimento populacional do estado do São Paulo, com taxa pouco menor, na ordem de 1,09% a.a.

---

<sup>1</sup> Taxa média geométrica de crescimento anual da população: Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (P<sub>t</sub>) e a população no começo do período considerado (P<sub>0</sub>), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$



Bofete com uma taxa positiva de 2,72% a.a. apresentou a melhor dinâmica da microrregião nesta década, seguido de Anhembi, com um índice considerável de 2,23% a.a.

A dinâmica vem se desacelerando no município de Pardinho que reduziu sua taxa geométrica de crescimento anual na última década, passando de 3,59% para 1,67%.

**Tabela 4 – População Total Municípios Microrregião de Botucatu**

Municípios	População Total			TGCA	TGCA
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
<b>Microrregião de Botucatu</b>					
Anhembi	3.537	4.535	5.653	2,80%	2,23%
Bofete	5.666	7.356	9.618	2,94%	2,72%
Botucatu	90.761	108.306	127.328	1,98%	1,63%
Conchas	11.890	14.904	16.288	2,54%	0,89%
Pardinho	3.444	4.732	5.582	3,59%	1,67%
Pratânia	2.837	3.950	4.599	3,75%	1,53%
São Manuel	32.325	36.545	38.342	1,37%	0,48%
<b>Total Microrregião</b>	<b>152.451</b>	<b>182.328</b>	<b>209.420</b>	<b>2,01%</b>	<b>1,39%</b>
<b>Total Estado São Paulo</b>	<b>31.588.925</b>	<b>37.032.403</b>	<b>41.262.199</b>	<b>1,78%</b>	<b>1,09%</b>

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

TGCA: Taxa geométrica de crescimento anual.

Em Pardinho, a composição etária na década de 90 contabilizava grande número de jovens, contando com 1.096 habitantes menores de 15 anos de idade, o equivalente a 31,82% da sua população em 1991. Em 2000 e em 2010 o município passa a abarcar uma população em faixa etária propícia à produção, entre 15 e 64 anos de idade, e também vem aumentando o número de população acima dos 65 anos.

A razão de dependência<sup>2</sup> na década de 1990 chegava a 59,89% revelando que a disponibilidade de mão de obra era proporcionalmente pequena para a sustentabilidade econômico-financeira da população como um todo. O descompasso na razão de dependência foi diminuindo ao longo de duas décadas, chegando a 55,50% em 2000, e caindo para 50,42% em 2010 (IBGE, 2010), valores que ainda são muito elevados.

<sup>2</sup> A razão de dependência indica a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade). Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes.

O índice de envelhecimento, outro indicador da composição etária da população, representa a razão entre o número de pessoas de 65 anos ou mais de idade em relação ao número de pessoas de menos de 15 anos de idade. Valores elevados deste índice indicam que a transição demográfica<sup>3</sup> encontra-se em estágio avançado.

No município de Pardinho, o índice de envelhecimento aponta a participação crescente de idosos em relação aos jovens, passando de 17,70% em 1991 para 33,83% em 2010, fenômeno que reflete a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida da população. Ainda assim, os valores seguem sendo muito baixos, destacando-se quando da comparação com o índice de envelhecimento do Estado de São Paulo (36,49%) ou do país (44,8%) para o mesmo ano 2010.

**Tabela 5 – Estrutura Etária e Razão de Dependência e Índice de Envelhecimento (1991, 2000 e 2010)**

Pardinho	1991	2000	2010
<b>Menos de 15 anos</b>	1.096	1.412	1.398
<b>15 a 64 anos</b>	2.154	3.043	3.711
<b>65 anos e mais</b>	194	277	473
<b>Razão de Dependência</b>	59,89%	55,50%	50,42%
<b>Índice de Envelhecimento</b>	17,70%	19,62%	33,83%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

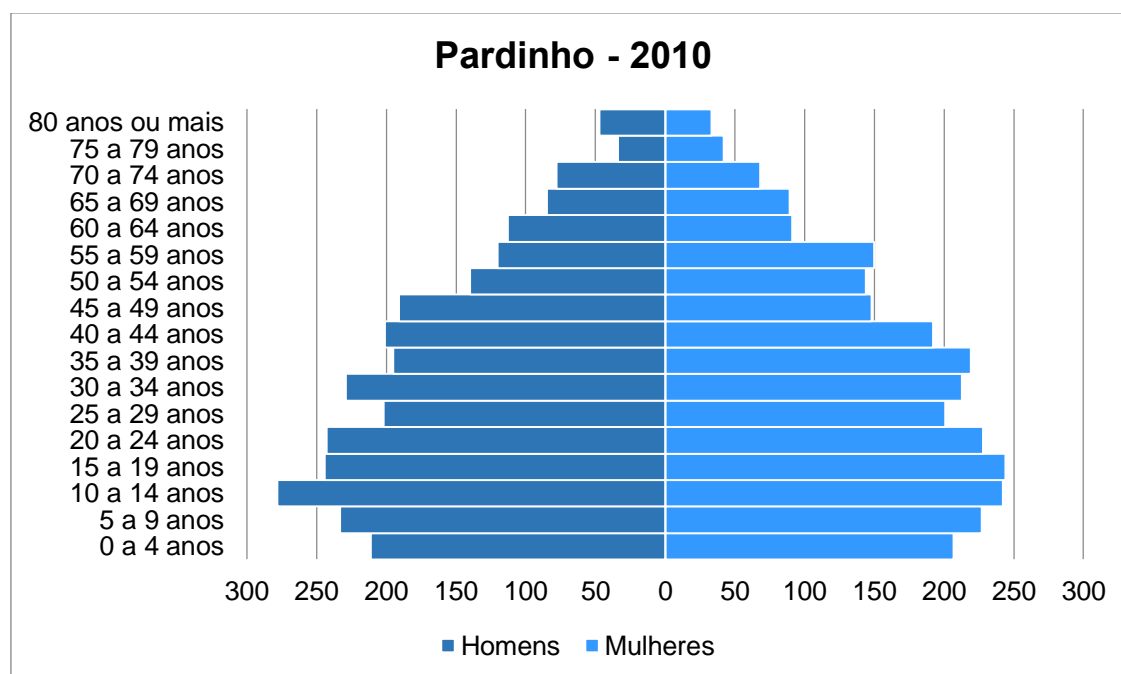
A avaliação da composição etária através da pirâmide etária é usada, não só para monitorar a estrutura de sexo e idade, mas como um complemento aos estudos da qualidade de vida, já que é possível visualizar a média do tempo de vida, a taxa de mortalidade e a regularidade ou não, da população ao longo do tempo. Quanto mais alta a pirâmide, maior a expectativa de vida e, conseqüentemente, serão melhores as condições de vida daquela população. É possível perceber que quanto mais desenvolvido economicamente e socialmente é um município, sua pirâmide terá a forma mais próxima de retângulo.

<sup>3</sup> Transição demográfica: Termo que os especialistas empregam para descrever a dinâmica do crescimento populacional, decorrente dos avanços da medicina, urbanização, desenvolvimento de novas tecnologias, taxas de natalidade e outros fatores. Em linhas gerais, o mundo experimenta a transição de um regime de alta fertilidade associada à mortalidade elevada, para um modelo de baixa fertilidade com diminuição da mortalidade.

Neste sentido, observa-se que a pirâmide etária de Pardinho não se aproxima da forma retangular, e, conseqüentemente, não apresenta bom desenvolvimento econômico e social. Analisa-se também que há um alongamento horizontal nas faixas etárias de 10 a 34 anos, indicando uma participação expressiva de jovens na formação da população. Vale destacar que a faixa de pessoas com 80 anos ou mais é maior que a de 75 a 79 anos, e que neste grupo etário há mais idosos homens do que mulheres.

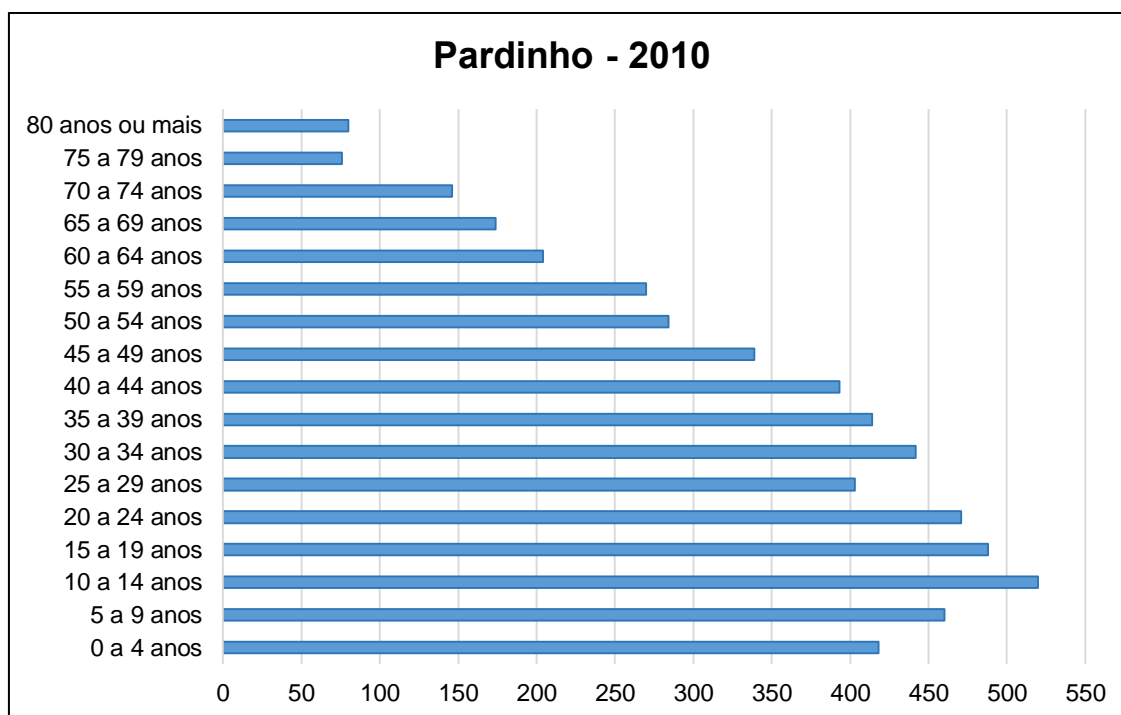
Nos Gráficos a seguir, são apresentadas a pirâmide etária por sexo e a população por faixa etária relativas ao ano 2010 do município de Pardinho.

**Gráfico 6 – Pirâmide Etária Pardinho**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 7 – População por Faixa Etária 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Um dos indicadores síntese da situação da saúde e bem-estar da população encontra-se expresso no Coeficiente de Mortalidade Infantil, representado pelo número de óbitos infantis (crianças até 1 ano de idade) por mil nascidos vivos. Com este indicador é possível, entre outras conclusões, obter pistas para a qualidade de vida, saneamento e saúde dos habitantes de certa região. A OMS estabelece que os níveis aceitáveis deste índice estejam entre 6 e 7.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Pardino reduziu 46%, passando de 29,4 por mil nascidos vivos em 1991 para 15,9 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 13,9 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) observa em seus estudos sobre desenvolvimento humano, outros dois indicadores de saúde e bem-estar: a esperança de vida ao nascer e a taxa de fecundidade. O primeiro apoia-se na expectativa de anos de vida do indivíduo a partir do seu nascimento e o segundo, no número médio de filhos por mulher. Em Pardino, a esperança de vida ao nascer

aumentou 6,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 67,6 anos em 1991 para 72,9 anos em 2000, e para 74,2 anos em 2010. Neste último ano, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,7 anos e, para o país, de 73,9 anos. A fecundidade caiu de 3,1 em 1991 para 2,7 filhos por mulher no ano 2000, e para os 2,3 filhos em 2010, segundo dados do PNUD.

**Tabela 6 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade (1991, 2000 e 2010)**

Pardinho	1991	2000	2010
<b>Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)</b>	29,4	18,1	15,9
<b>Esperança de vida ao nascer (anos)</b>	67,6	72,9	74,2
<b>Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)</b>	3,1	2,7	2,3

*Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.*

A análise do grau de urbanização, além de mensurar o processo de urbanização de um determinado espaço, permite subsidiar processos de planejamento e o entendimento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbana.

Como já dito, a população de Pardinho teve taxas geométricas de crescimento positivas de 3,59% a.a., no período 1991 – 2000, e de 1,67% a.a., entre 2000 e 2010. O mesmo ocorreu com a população urbana neste intervalo, obtendo índices ainda maiores de crescimento progressivo, enquanto a rural teve taxa negativa no último período analisado.

Isso se reflete na taxa de urbanização, que obteve crescimento expressivo no período, passando de 50,70% em 1991 para 63,23% em 2000 e chegando a 78,63% em 2010.

Observa-se que Pardinho era predominantemente urbano desde seu segundo censo, em 2000, quando mais da metade de sua população já residia em áreas urbanas.

A tabela e o gráfico apresentados a seguir mostram o crescimento do contingente populacional ao longo de 20 anos, e a dinâmica de urbanização no mesmo período.

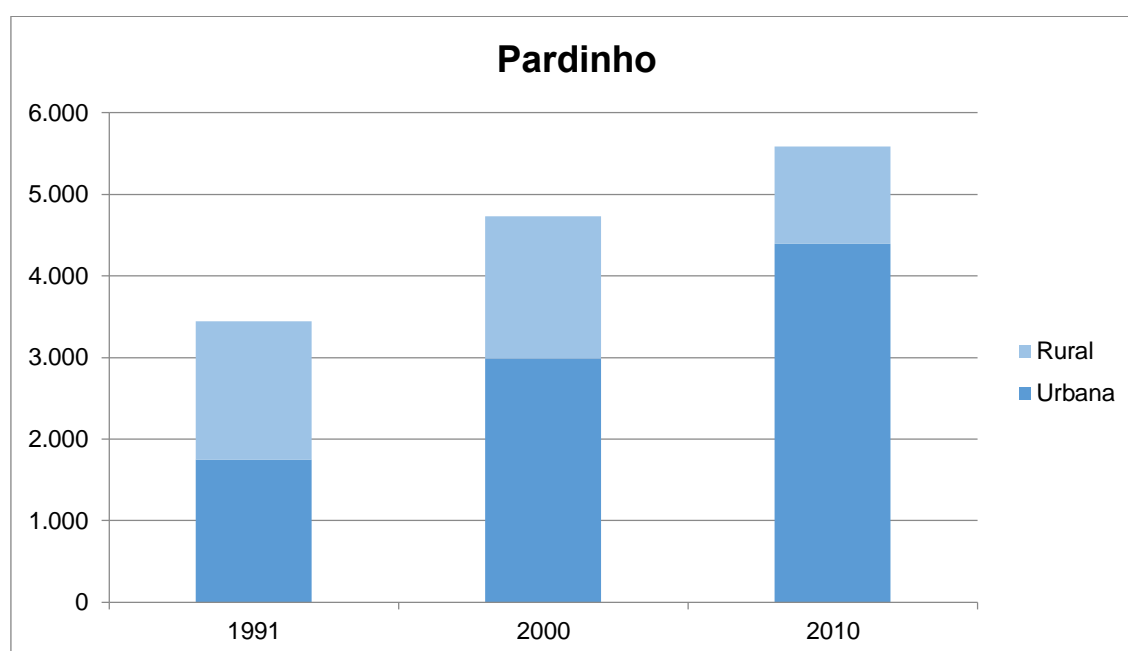
**Tabela 7 – População por Situação de Domicílio, 1991, 2000 e 2010**

Pardinho	1991	2000	2010	TGCA 1991-2000	TGCA 2000-2010
<b>População Total:</b>	3.444	4.732	5.582	3,59%	1,67%
<b>Urbana:</b>	1.746	2.992	4.389	6,17%	3,91%
<b>Rural:</b>	1.698	1.740	1.193	0,27%	<b>-3,70%</b>
<b>Taxa de Urbanização</b>	50,70%	63,23%	78,63%	-	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1999, 2000 e 2010.

TGCA: Taxa geométrica de crescimento anual.

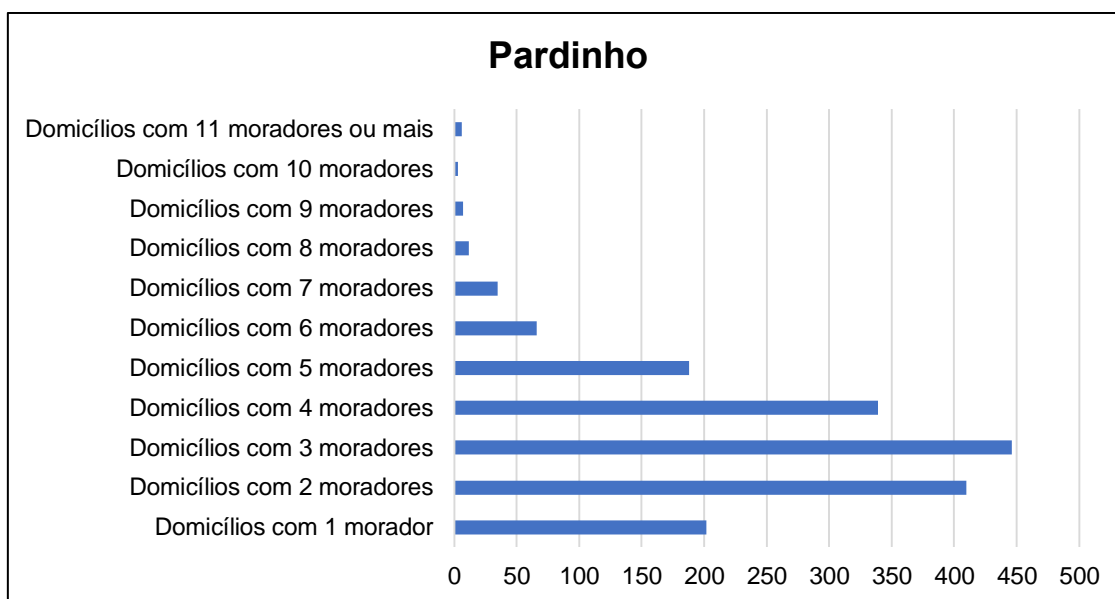
**Gráfico 8 – População Total, Rural e Urbana (1991, 2000 e 2010)**



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Quanto ao número de componentes das famílias, os números mostram que 69,72% eram compostas por 2 a 4 pessoas. Compostas por 1 pessoa eram 202 domicílios (11,79%), 2 pessoas – 410 (23,92%), 3 pessoas – 446 (26,02%), 4 pessoas – 339 (19,78%), 5 pessoas – 188 (10,97%), e 6 pessoas e mais totalizaram 129 (7,53%).

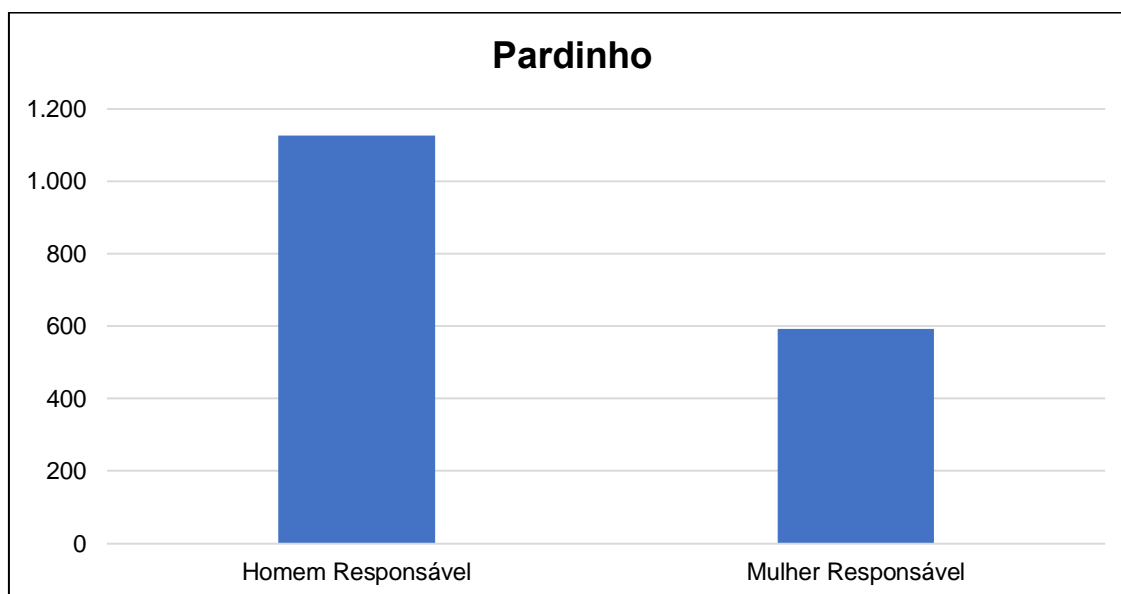
**Gráfico 9 – Número de componentes das famílias – 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

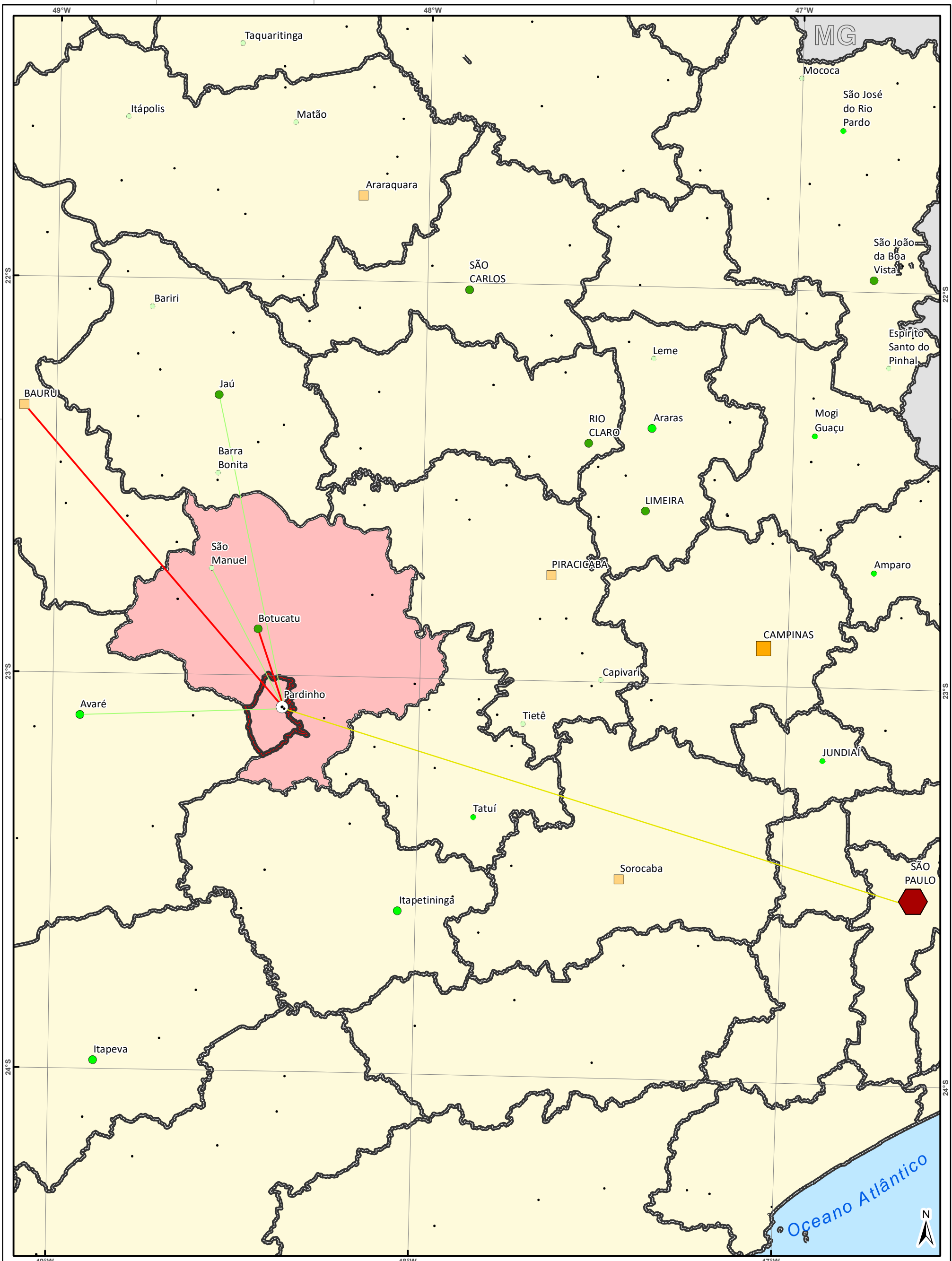
Quanto ao sexo dos responsáveis pelo domicílio tinha-se que 1.126 eram homens (65,50%) e 593 (34,50%) eram mulheres.

**Gráfico 10 – Pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo – 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Mapa 7 – Distribuição Populacional**



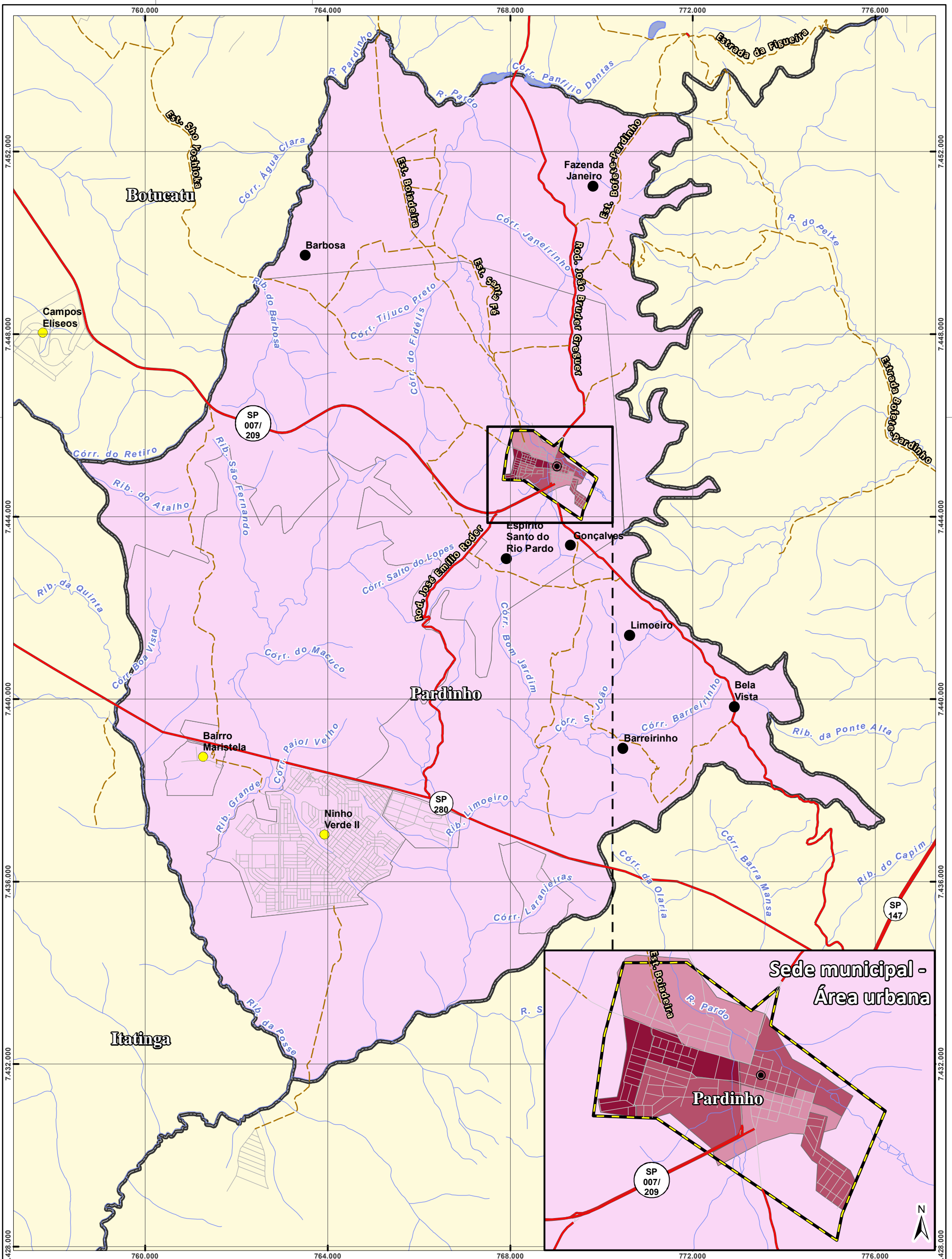
<p><b>Convenções cartográficas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sede municipal de Pardinho</li> <li>Pardinho</li> <li>Microrregião de Botucatu</li> <li>Microrregiões do Estado de São Paulo</li> <li>Limite estadual</li> </ul>	<p><b>Hierarquia entre cidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grande Metrópole Nacional</li> <li>Metrópole Nacional</li> <li>Metrópole</li> <li>Capital Regional A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capital Regional B</li> <li>Capital Regional C</li> <li>Centro Subregional A</li> <li>Centro Subregional B</li> <li>Centro de Zona A</li> <li>Centro de Zona B</li> <li>Centro Local</li> </ul>	<p><b>Polarização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Muito Fraco</li> <li>Fraco</li> <li>Médio</li> <li>Forte</li> <li>Muito Forte</li> </ul>	<p>Localização Geral</p>	<p>1:1.000.000</p> <p>0 12,5 25 50 Km</p> <p>Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S          Projeção: Transverse Mercator          Datum: SIRGAS 2000</p> <p>Prefeitura Municipal de Pardinho          Plano Diretor</p> <p><b>REDE URBANA</b></p> <p>INTERAÇÃO URBANA</p> <p>agosto/2019</p>
--	---	--	---	--------------------------	--

Fonte: IBGE, REGIC

P:\010\_Microrregião\012\_PDP\_Pardinho\3\_FDC\3\_Projetos\1\_Mapsas\PD\01012\_MP\_PD\_ReseUrbana\_A3\_R01\_ADP.mxd



## Mapa 8 – Densidade Populacional



**Convenções cartográficas**

- Sede municipal
  - Aglomerado urbano
  - Povoado
  - ~ Curso d'água
  - ~ Corpo d'água
  - ~ Via pavimentada
  - ~ Via não pavimentada
  - ~ Via urbana
  - ▭ Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
  - ▭ Limite municipal
- Densidade demográfica por setor censitário (Hab./km²)**
- < 300
  - 301 - 2.000
  - 2.001 - 4.000
  - > 4.000

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Pref. de Pardinho



0 1 2 4 Km

1:78.000

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho  
 Plano Diretor

**DENSIDADE POPULACIONAL**

INTERAÇÃO URBANA

agosto/2019

#### 4.4 Economia

Os estudos sobre a economia apresentados a seguir demonstram o tamanho e a dinâmica da produção do município de Pardinho, observados os dados ao longo de um período de tempo. Os dados de produção são provenientes do IBGE com valores corrigidos, sempre que necessário pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas para se formar uma base comparativa de informações.

São também abordadas as produtividades e poder de produção do município no que tange a mão de obra disponível, a potencialidade econômica e a renda gerada.

##### Porte, Dinâmica e Setores Econômicos

A economia do município de Pardinho funde-se, sobretudo, no setor terciário, com mais da metade de participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 (53,93%)

O setor primário apresentou em 2016, segundo os dados do IBGE, um PIB de R\$ 30.599.700,00 milhões, 11,04% da participação do PIB total, sendo o menos produtor dos setores econômicos do município. No ano de 2000, com R\$ 8 milhões, este setor representava uma participação menor no total do PIB, concretamente 7,60%, o que mostra um aumento ao longo do tempo do aporte da agropecuária na economia do município.

O setor secundário obteve aumento significativo no período 2000-2016 (3,16%), passando de R\$ 27.192.020,20 milhões em 2000 para R\$ 44.721.820,00 milhões em 2016, porém, a contribuição no PIB total foi menor, 25,16% e 16,13%, respectivamente.

O setor terciário foi o mais produtivo e o segundo que mais cresceu nesse mesmo período (7,71%), atingindo em 2016 R\$ 149.472.150,00 milhões, representando 53,93% do PIB total do município, enquanto que em 2000 o valor total do setor foi de R\$ 45.525.326,80 milhões, representando 42,12% do PIB total nesse ano.

A arrecadação de impostos no município de Pardinho também apresentou aumento significativo, contabilizando 4,70% de crescimento anual.

O PIB municipal de Pardinho foi contabilizado em R\$ 108 milhões em 2000, segundo dados do IBGE (2000), com valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o ano de 2016. Em 2016 o PIB subiu para R\$ 277 milhões, enquanto o PIB per capita aumentou significativamente nesse mesmo período de tempo, passando de R\$ 22.842,94 em 2000 para R\$ 44.771,78 em 2016.

A Tabela a seguir apresenta os dados do PIB total, setorial e respectivas participações para o município de Pardinho.

**Tabela 8 – PIB Total, Setorial e Percentual de Participação em 2000 e 2016**

Pardinho	2016	% PART. PIB TOT.	2000*	% PART. PIB TOT.	TGCA (2000-2010)
<b>PIB TOTAL</b>	R\$ 277.182.070,00	-	R\$ 108.092.800,00	-	6,06%
<b>PIB SETOR PRIMÁRIO</b>	R\$ 30.599.700,00	11,04	R\$ 8.219.993,00	7,60	8,56%
<b>PIB SETOR SECUNDÁRIO</b>	R\$ 44.721.820,00	16,13	R\$ 27.192.020,20	25,16	3,16%
<b>PIB SETOR TERCIÁRIO</b>	R\$ 149.472.150,00	53,93	R\$ 45.525.326,80	42,12	7,71%
<b>ADMIN. PÚBLICA</b>	R\$ 29.096.730,00	10,50	R\$ 15.992.746,60	14,80	3,81%
<b>IMPOSTOS</b>	R\$ 23.291.670,00	8,40	R\$ 11.162.713,40	10,33	4,70%
<b>PIB PER CAPITA</b>	R\$ 44.771,78	-	R\$ 22.842,94	-	4,30%

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2000 e 2016.

TGCA: Taxa geométrica de crescimento anual.

\*Valores corrigidos pelo IGP-M (FGV) para ano 2016 (in. Banco Central do Brasil/Calculadora do Cidadão, 2012).

### Oferta de Trabalho, Emprego e Renda

Os empregos em Pardinho concentram-se basicamente no setor terciário, que gera 1.613 postos de trabalho no município, equivalendo a 73,38% do total dos empregos, dentre os quais, 62,93% correspondem ao setor de serviços. O setor secundário neste município é responsável por 10,96% dos empregos ofertados, e o primário por 15,65%. No total são 2.198 postos de trabalho distribuídos por 168 estabelecimentos.

**Tabela 9 – Empregos por setor em Pardinho - 2017**

Serviços industriais de utilidade pública	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
3	224	14	241	1.015	357	344	2.198

Fonte: Ministério de Trabalho e Emprego – RAIS 2013.

**Tabela 10 – Empresas por setor em Pardinho - 2017**

Serviços industriais de utilidade pública	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
1	15	7	40	43	2	60	168

Fonte: Ministério de Trabalho e Emprego – RAIS 2013.

A renda per capita média de Pardinho cresceu 99,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 349,76 em 1991 para R\$ 493,17 em 2000 e R\$ 696,71 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 3,89% no primeiro período e 3,52% no segundo.

A pobreza - medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à metade do salário mínimo vigente reduziu, passando de 23,56% em 1991 para 13,10% em 2000 e para 6,94% em 2010.

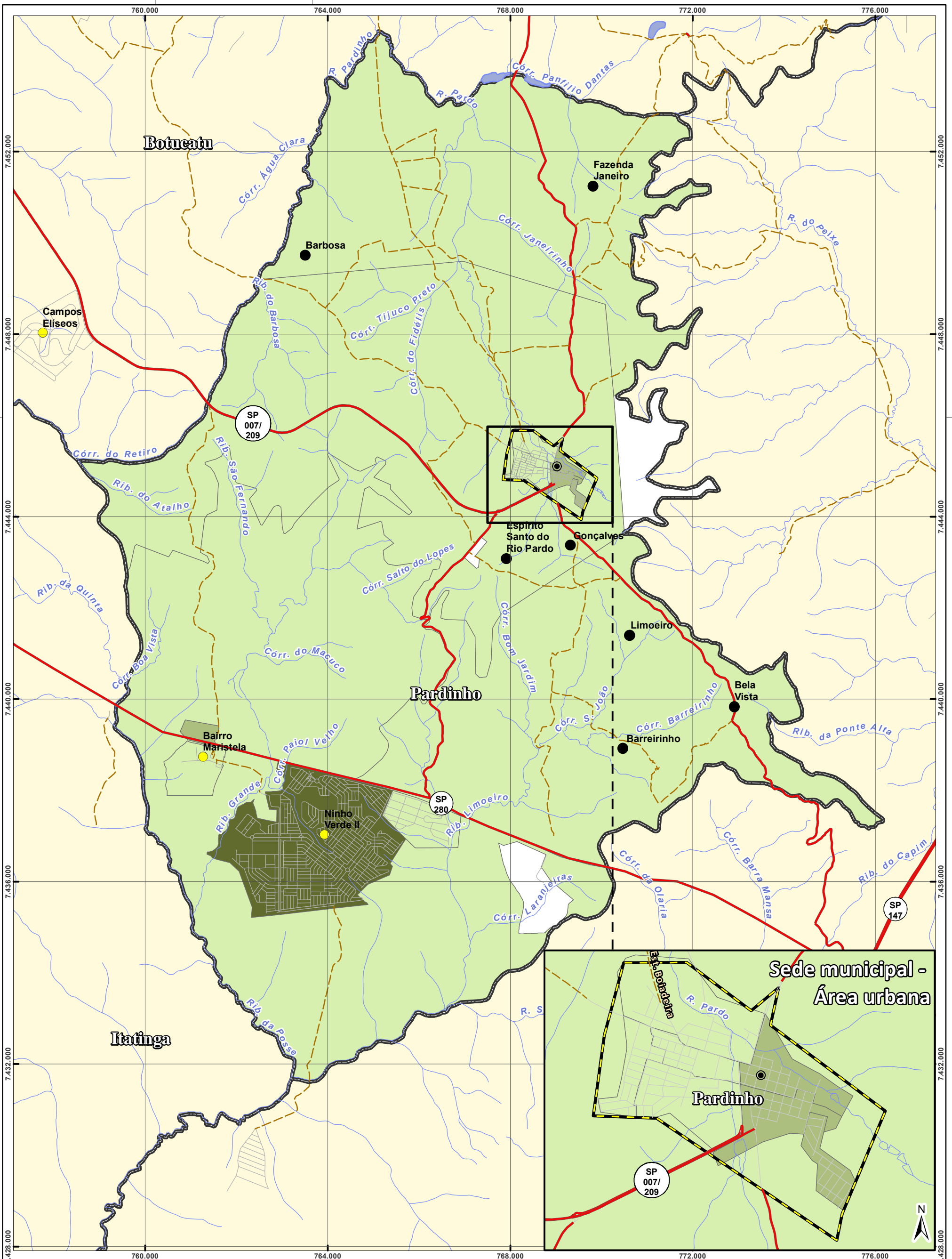
A desigualdade social no período de 1991 a 2010 cresceu, ou seja, o aumento na renda média da população neste período não foi acompanhado de uma distribuição mais igualitária dos rendimentos brutos, o que pode ser verificado através do índice Gini – indicador clássico medido pelo PNUD que averigua os níveis de distribuição da renda na região. O município de Pardinho aumentou no indicador passando de 0,44 em 1991 para 0,46 em 2010. Segundo a metodologia de aferição do índice de Gini, quanto mais próximo de zero mais equacionada será a distribuição dos rendimentos na região, e, ao contrário, quanto mais próximo de 1, maior concentração de ganhos em um número menor das pessoas.

**Tabela 11 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991, 2000 e 2010**

Indicador	Ano		
	1991	2000	2010
Renda per capita Média (R\$ de 2010*)	349,76	493,17	696,71
Proporção de Pobres (%)	23,56	13,10	6,94
Índice de Gini	0,44	0,48	0,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

### Mapa 9 – Distribuição de renda



**Convenções cartográficas**

- Sede municipal
  - Aglomerado urbano
  - Povoado
  - ~ Curso d'água
  - ~ Corpo d'água
  - ~ Via pavimentada
  - ~ Via não pavimentada
  - ~ Via urbana
  - ▭ Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
  - ▭ Limite municipal
- Renda média per capita por setor censitário (2010)**
- < R\$1.000,00
  - R\$1.000,01 - R\$1.500,00
  - R\$1.500,01 - R\$2.000,00
  - > R\$2.000,00
  - Sem informação

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Pref. de Pardinho



0 1 2 4 Km  
 1:78.000  
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho  
 Plano Diretor

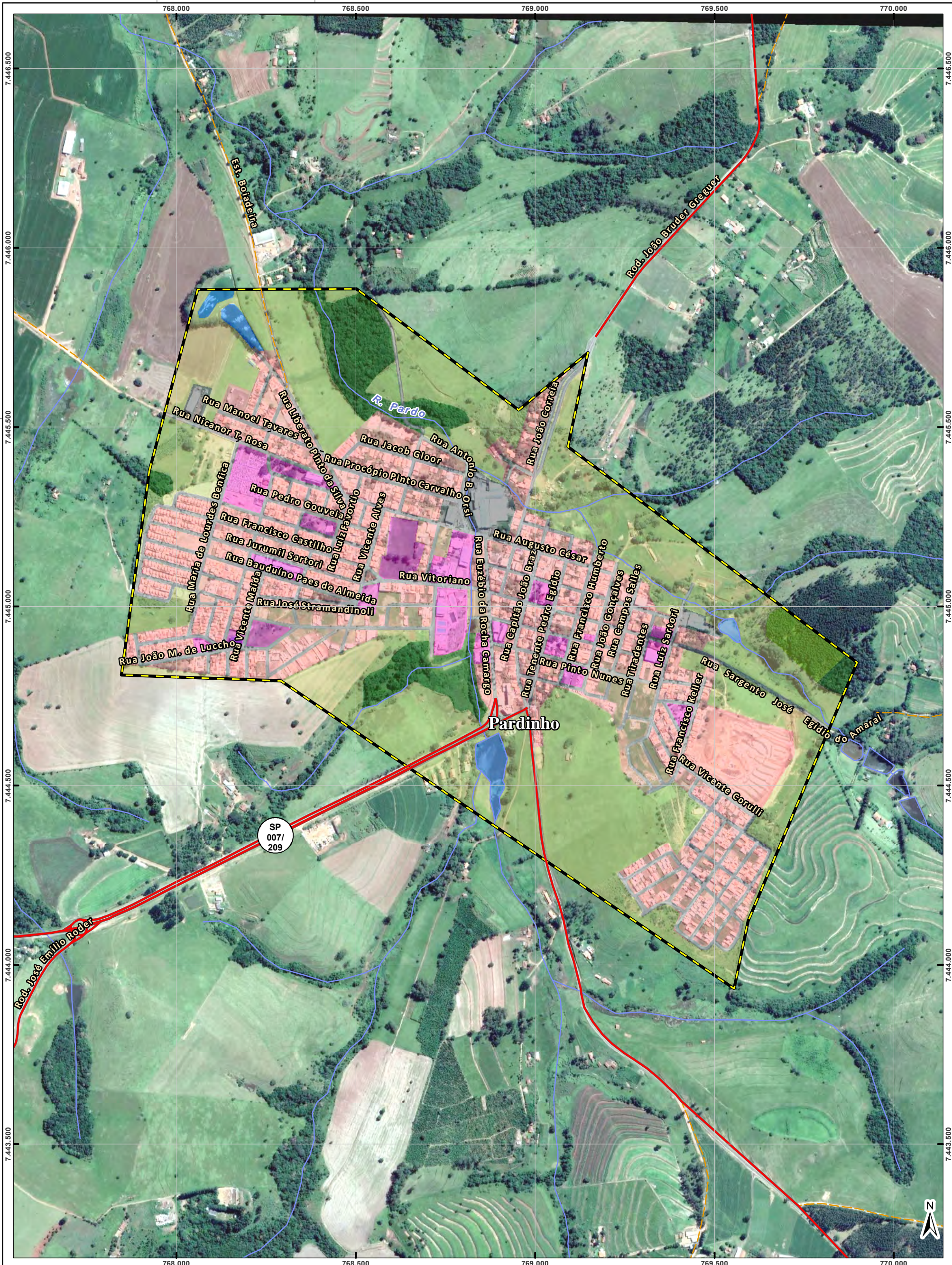
**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

INTERAÇÃO URBANA

agosto/2019

## 4.5 *Uso e Ocupação do Solo*

### **Mapa 10 - Uso e Ocupação do Solo**



**Convenções cartográficas**

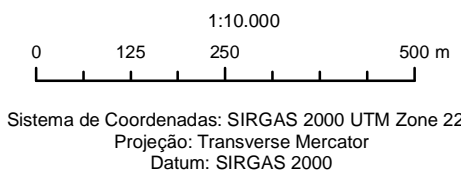
- Via pavimentada
- Via não pavimentada
- Curso d'água
- Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)

**Uso do solo**

- Equipamento urbano
- Área urbanizada, predominantemente residencial
- Eixo Viário

- Industrial
- Vazio Urbano
- Campo antrópico / Cultura
- Silvicultura
- Vegetação Natural
- Corpo d'água

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



Prefeitura Municipal de Pardinho  
Plano Diretor

**USO DO SOLO URBANO**

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019



O espaço rural abarca grandes propriedades fundiárias (fazendas e latifúndios empresariais) que respondem por 39% da área total dos estabelecimentos agropecuários em Pardinho.

Além das grandes propriedades, embora ocupando menor proporção da área total dos estabelecimentos agropecuários, existem as unidades camponesas, que respondem por grande parte (77%) do total de estabelecimentos agropecuários de Pardinho (IBGE - Censo Agropecuário, 2017).

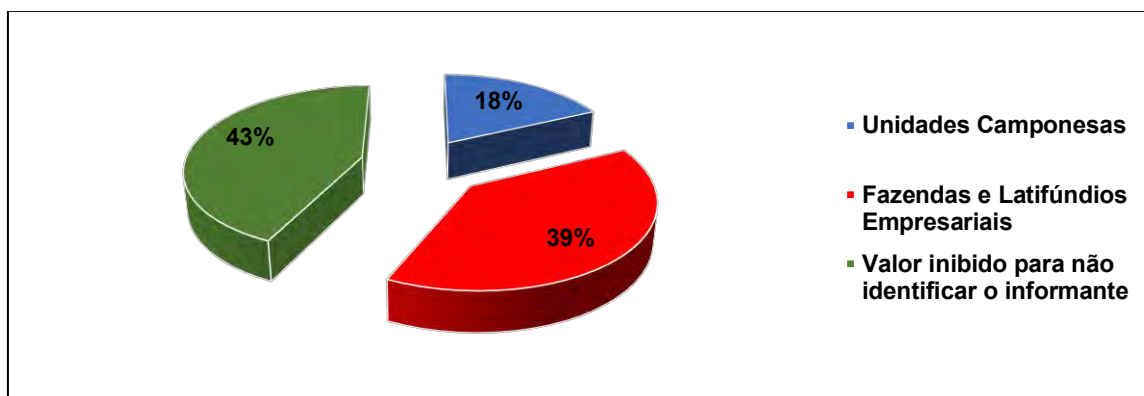
**Tabela 12 – Área, número dos estabelecimentos e média de área por grupos de área total – 2017**

Estratos de Área (ha)	Área (ha)		Nº de Estabelecimentos		Média de Área / Estabelecimentos
	Absolutos	%	Absolutos	%	
Menos de 1	X*	-	1	1,01	-
1 a < de 20	247	1,25	28	28,28	8,82
20 a < de 100	1.831	9,27	37	37,37	65,39
100 a < de 200	1.353	6,85	10	10,10	48,32
<b>Total de Unidades Camponesas</b>	<b>3.431</b>	<b>17,36</b>	<b>76</b>	<b>76,77</b>	<b>122,54</b>
200 a < de 500	5.071	25,66	16	16,16	181,11
500 a < de 1.000	2.566	12,99	3	3,03	91,64
1.000 a < de 2.500	X*	-	2	2,02	-
2500 a mais	X*	-	2	2,02	-
<b>Total de Fazendas e Latifúndios Empresariais</b>	<b>7.637</b>	<b>38,65</b>	<b>23</b>	<b>23,23</b>	<b>272,75</b>
<b>Total</b>	<b>19.760</b>	<b>56,01</b>	<b>99</b>	<b>100,00</b>	<b>705,71</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

\*X: Valor inibido para não identificar o informante.

**Gráfico 11 – Participação Relativa da Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total – 2017**



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Há 2 anos, a paisagem era predominantemente de pastagem e lavouras temporárias e permanentes, o que pode ser visto a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, que mostram a dimensão da área de utilização das terras para pastagens (37,21%) e lavouras (31,18%) no total da área dos estabelecimentos agropecuários. Cabe destacar também no município a quantidade de áreas de matas e florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal (14,62%).

**Tabela 13 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Município de Pardinho – 2017**

Utilização das Terras	Pardinho	
	Área (ha)	%
Lavoura Permanente	2.909	14,78
Lavoura Temporária	3.229	16,40
Lavouras – Área para cultivos de flores	X	-
Pastagens - Naturais	1.141	5,80
Pastagens – Plantadas em boas condições	6.184	31,41
Pastagens – Plantadas em más condições	X	-
Matas ou Florestas Naturais destinadas à Preservação Permanente ou Reserva Legal	2.878	14,62
Matas e/ou Florestas Naturais	309	1,57
Florestas Plantadas	1.522	7,73
Sistemas Agroflorestais - Área Cultivada com Espécies Florestais também usada para Lavouras e Pastoreio por Animais	X	-
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1.516	7,70
<b>Total</b>	<b>19.760</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Na pesquisa realizada nos sites do INCRA e da FUNAI, verificou-se que não existem projetos de assentamento nem terras indígenas no município de Pardinho.

#### 4.6 IDH-IDHM

A descrição dos indicadores de IDH-IDHM a seguir é baseada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2013.

Há muitos anos as entidades responsáveis vêm estabelecendo a prática de avaliar o bem-estar de uma população, e conseqüentemente, de classificar os países ou regiões, pelo tamanho de seu PIB per capita. Entretanto, o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica.

Por isso, a busca constante por medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana, é muito presente na elaboração de indicadores síntese por parte de tais instituições.

O IDH, criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, é uma contribuição para essa busca, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

- a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer;
- a educação; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior;
- a renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Para que os indicadores possam ser combinados em um índice único, eles são transformados em índices parciais, cujos valores variam entre 0 e 1. A fórmula geral para a construção desses índices é:

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}$$

Note – se que os valores limites (pior e melhor) não coincidem com o pior e o melhor valores observados; são parâmetros relativamente estáveis, definidos pelo PNUD.

Com base nestes valores e nos valores observados para o país ou região em questão, calculam – se os índices de Longevidade, Educação e Renda.

### **Índice de Longevidade**

O Índice de Longevidade (ILi) do país i, cuja esperança de vida ao nascer é Vi, é obtido por meio da aplicação direta da fórmula geral descrita acima, ou seja, para a aplicação da fórmula básica, adota – se como pior e melhor valores para a esperança de vida, respectivamente, 25 e 85 anos.

### **Índice de Educação**

Para obter o Índice de Educação (IEi) do país i, cuja taxa de alfabetização de adultos é Ai e cuja taxa combinada de matrícula é Mi, primeiro transformamos as duas variáveis em índices usando a fórmula geral acima, utilizando 0% e 100% como os valores limites: e combinamos os dois índices, com os pesos referidos acima.

### **Índice de Renda**

A construção do Índice de Renda (IRi) do país i, cujo PIB per capita é Yi, é um pouco mais complexa, e parte da hipótese de que a contribuição da renda para o desenvolvimento humano apresenta rendimentos decrescentes.

Essa hipótese é incorporada ao cálculo do IDH por meio da função logarítmica. Portanto, o índice de Renda (IRi) do país i, cujo PIB per capita é Yi, é dado por:

O maior valor é \$40.000 PPC, e o pior, \$100 PPC. Todos os valores são em dólar Paridade Poder de Compra, para garantir comparabilidade entre países, sendo que o valor da taxa de dólar PPC é dado pelo Banco Mundial.

### *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*

O IDHM é uma adaptação metodológica do IDH ao nível municipal. Ambos os índices agregam as dimensões saúde, educação e renda, mas alguns dos indicadores usados para retratar estas dimensões diferem.

Assim como no IDH global, o IDHM Educação é uma composição de dois indicadores: um indicador fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um referente à população em idade escolar (jovens). Entretanto, as variáveis são outras. No caso da população adulta, a média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais, tal como é medido no IDH Global, não pode ser obtida das informações do Censo 2010 e foi substituída pela proporção da população adulta de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental. Este indicador permite uma boa avaliação do nível de carência da população adulta em relação à escolaridade considerada básica (nível fundamental). No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – a expectativa de vida escolar – é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, e inclui o ensino superior. A adaptação do IDHM para os contextos nacional e municipal foi feita com uma combinação de 4 indicadores que permitem verificar até que ponto as crianças e os jovens estão frequentando e completando determinados ciclos da escola. O subíndice resultante, o fluxo escolar da população jovem, é a média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Enquanto o IDH Global calcula o componente renda pela Renda Nacional Bruta per capita, em poder de paridade de compra (ppp, Banco Mundial 2005), o IDHM Renda considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos

residentes em determinado município, expressa em Reais por meio da renda per capita municipal.

Assim como o IDH Global, o IDHM Longevidade é calculado pela esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

Quando comparamos ambos os índices, um fator importante a ser destacado é a fonte de dados. Para o cálculo do IDHM, todos os dados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, ao passo que o IDH Global traz dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Instituto de Estatísticas da UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. A opção por restringir as informações municipais a uma única fonte garante a maior comparabilidade entre localidades do país.

As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. As faixas do IDH Global são divididas em Baixo, Médio, Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano, e seus valores variam a cada ano, pois são calculadas a partir dos valores mais baixos e mais altos observados nos países. Para o IDHM, elas foram subdivididas em cinco faixas. A faixa "Muito Baixo" do IDHM coincide, de maneira geral, com a faixa "Baixo" do IDH Global. E as faixas "Alto" e "Muito Alto" coincidem com as mesmas faixas do IDH Global. As faixas "Baixo" e "Médio" diferenciam as localidades brasileiras classificadas entre 0,500 e 0,699, de forma a ressaltar as diferenças e reconhecer os esforços de municípios, UFs, regiões metropolitanas e UDHS que estão mais próximos de "Alto" Desenvolvimento Humano.

- $0 < 0,499$  IDHM: Muito Baixo Desenvolvimento Humano
- $0,500 < 0,599$  IDHM: Baixo Desenvolvimento Humano
- $0,600 < 0,699$  IDHM: Médio Desenvolvimento Humano
- $0,700 < 0,799$  IDHM: Alto Desenvolvimento Humano
- $0,800 < 1$  IDHM: Muito Alto Desenvolvimento Humano

## IDHM de Pardinho

De 1991 a 2010, o IDHM de Pardinho passou de 0,400 para 0,727, o que situa o município na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. A dimensão que mais evoluiu no período foi Educação (com crescimento de 0,503), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,400 para 0,627 – uma taxa de crescimento de 56,75%. Nesse período, a Renda foi o índice que menos cresceu, passando de 0,607 para 0,662.

Já entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,627 para 0,727 – uma taxa de crescimento de 15,95%. Neste intervalo, porém, a dimensão que evoluiu menos foi Longevidade, que passou de 0,798 para 0,821. Pardinho ocupa o 418º lugar entre os 645 municípios de São Paulo, sendo que o primeiro colocado é São Caetano do Sul (0,862) e o último, Ribeirão Branco (0,639). Já no ranking nacional, encontra-se na posição de número 1.107 entre os 5.565 municípios brasileiros – em que São Caetano do Sul - SP (0,862) é o primeiro colocado e Melgaço - PA (0,418), o último.

A Tabela a seguir mostra a evolução dos índices de desenvolvimento humano em Pardinho.

**Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pardinho**

Desenvolvimento Humano	1991	2000	2010
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</b>	0,400	0,627	0,727
<b>Educação</b>	0,149	0,467	0,652
<b>Longevidade</b>	0,710	0,798	0,821
<b>Renda</b>	0,607	0,662	0,718

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

A questão social, segundo os indicadores do IDHM (PNUD, 2010), está bem resolvida nos municípios da microrregião de Botucatu, que se situam na faixa do Alto Desenvolvimento Humano, exceto Botucatu, que com índice de 0,800 encontra-se na faixa mais alta, a de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

A tabela a seguir mostra a evolução dos índices de desenvolvimento humano municipal nos municípios da microrregião de Botucatu.

**Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da Microrregião de Botucatu**

Municípios Microrregião de Telêmaco Borba	Índice de Desenvolvimento Humano													
	Educação			Longevidade			Renda			Municipal			Ranking Estadual	Ranking Nacional
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	2010	
Anhembi	0,247	0,468	0,637	0,733	0,792	0,863	0,600	0,662	0,681	0,477	0,626	0,721	460	1.266
Bofete	0,187	0,424	0,609	0,708	0,801	0,821	0,598	0,688	0,700	0,429	0,616	0,705	554	1.756
Botucatu	0,387	0,620	0,746	0,731	0,797	0,869	0,720	0,748	0,790	0,588	0,718	0,800	22	40
Conchas	0,315	0,506	0,658	0,733	0,775	0,837	0,676	0,726	0,725	0,538	0,658	0,736	339	876
Pardinho	0,149	0,467	0,652	0,710	0,798	0,821	0,607	0,662	0,718	0,400	0,627	0,727	418	1.107
Pratânia	0,245	0,462	0,633	0,658	0,754	0,798	0,595	0,688	0,681	0,458	0,621	0,701	578	1.866
São Manuel	0,248	0,500	0,695	0,733	0,773	0,805	0,671	0,693	0,735	0,496	0,645	0,744	274	667
São Paulo (Capital Estadual)	<b>0,421</b>	<b>0,614</b>	<b>0,725</b>	<b>0,742</b>	<b>0,796</b>	<b>0,855</b>	<b>0,784</b>	<b>0,807</b>	<b>0,843</b>	<b>0,626</b>	<b>0,733</b>	<b>0,805</b>	<b>14</b>	<b>28</b>
São Caetano do Sul (SP)	<b>0,544</b>	<b>0,740</b>	<b>0,811</b>	<b>0,785</b>	<b>0,870</b>	<b>0,887</b>	<b>0,792</b>	<b>0,855</b>	<b>0,891</b>	<b>0,697</b>	<b>0,820</b>	<b>0,862</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Estado do São Paulo	<b>0,363</b>	<b>0,581</b>	<b>0,719</b>	<b>0,730</b>	<b>0,786</b>	<b>0,845</b>	<b>0,729</b>	<b>0,756</b>	<b>0,789</b>	<b>0,578</b>	<b>0,702</b>	<b>0,783</b>	-	<b>2</b>

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.



## 4.7 Estrutura Habitacional

Dentre as condições mínimas para atendimento às questões básicas na vida dos municípios estão envolvidas as infraestruturas em moradia, considerando o tipo da habitação e os serviços públicos disponíveis.

O tipo de habitação que predomina no município de Pardinho são casas, correspondendo quase à totalidade dos domicílios existentes (97,49%). Em 2000 essa quantidade ainda era maior, totalizando 99,92%.

Cabe destacar que não há apartamentos no município. A pouca presença de outros tipos como moradias precárias, reflete que a infraestrutura em habitação do município oferece melhor qualidade de vida à população residente.

Na tabela seguir são apresentados os números relativos e absolutos do número de habitações por tipo no município de Pardinho.

**Tabela 16 – Quantidade de habitações domiciliares e participação relativa em Pardinho segundo tipo de habitação, 2000 e 2010**

Tipo de Habitação	2000		2010	
	Número	%	Número	%
Casa	1.277	99,92	1.671	97,49
Casa de Vila ou Condomínio	-	-	28	1,63
Apartamento	-	-	-	-
Habitação em Casa de Cômodos, Cortiço ou Cabeça de Porco	1	0,08	15	0,88
Oca ou Maloca	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.278</b>	<b>100,00</b>	<b>1.714</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010.

As análises sobre os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010) mostram que o número de domicílios particulares ocupados em Pardinho aumentou gradativamente ao longo das duas últimas décadas, de forma mais dinâmica que o próprio crescimento populacional, assim atendendo ao longo do tempo e abrandando a necessidade por habitação no município. Pardinho saltou de 842 domicílios particulares ocupados em 1991 para 1.717 em 2010, um crescimento de 3,82% ao ano.

Quanto à média de habitantes por domicílio, o município de Pardinho reduziu sua densidade de habitantes por domicílio de 4,08 em 1991 para 3,24 em 2010.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre o total de domicílios e a densidade de moradores nos anos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 17 – Domicílios Particulares Ocupados e Média de Moradores, 1991, 2000 e 2010**

Pardinho	1991	2000	2010
Domicílios particulares ocupados (Unidades)	842	1.283	1.717
Média de moradores em domicílios particulares ocupados (Pessoas)	4,08	3,67	3,24

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

Outro indicador que mostra a evolução na qualidade de vida da população é o acesso aos serviços públicos de infraestrutura básica nas moradias, como rede geral de água energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Em 1991 uma parte considerável das habitações possuíam já água encanada (94,59%). Em 2000 esse valor subiu para 98,83% e em 2010 teve um retrocesso considerável (91,02%)

O mesmo ocorre com os serviços de energia elétrica que tiveram uma evolução positiva ao longo de 20 anos, em 1991 grande parte das residências possuíam energia elétrica (98,76), e em 2010 esse valor subiu para 99,85%, provavelmente efeito do programa “Luz Para Todos” do Governo Federal.

A coleta de lixo recebeu um ligeiro incremento, principalmente de 1991 a 2000, passando de 97,43% em 1991 para 98,43% em 2000. Nos últimos dez anos, essa cobertura evoluiu para atender praticamente a totalidade dos domicílios (98,77%).

O acesso à rede geral de esgotamento sanitário experimentou uma evolução considerável no período 2000-2010, passando de 46,78% para 70,71% das moradias que possuíam este serviço. Ainda assim, o município apresenta uma carência importante neste tipo de infraestrutura básica.

Na década dos 90 e 2000, o segundo tipo de esgotamento sanitário predominante em Pardinho era a fossa rudimentar, presente em 36,98% e 34,22% dos domicílios,

respectivamente. Em 2010, o percentual de moradias que tinham esse serviço de esgotamento sanitário desceu muito, alcançando 13,54%. As fossas negras ou rústicas, muito comum nas zonas rurais, são alternativas muito precárias de esgotamento. Muitas vezes, são indevidamente confundidas com fossas sépticas.

Algumas das moradias de Pardinho estão atendidas também com infraestrutura de fossa séptica. Segundo os dados do IBGE (2010), 14,76% das moradias possuem fossa séptica, considerável aumento comparada à cobertura em 2000 na ordem de 1,62%.

As fossas sépticas são infraestruturas simples de esgotamento sanitário, que possibilitam a realização de um tratamento primário do efluente através da separação físico-química da matéria contida no esgoto. Muito usadas em residências rurais, as fossas sépticas podem propiciar a remoção de cerca de 40% da demanda biológica de oxigênio (DBO) contida no esgoto.

**Tabela 18 – Percentual de moradias com acesso aos serviços públicos de infraestrutura básica, 2000 e 2010**

Tipo de Serviço Público	Percentual de cobertura			Fonte: IBGE – Censo
	1991	2000	2010	
Água (Rede Geral)	94,59	98,83	91,02	
Energia Elétrica	98,76	99,21	99,85	
Coleta de Lixo	97,43	98,43	98,77	
Esgotamento Sanitário - Rede geral de esgoto ou pluvial	46,78	59,60	70,71	
Esgotamento Sanitário - Fossa séptica	7,29	1,62	14,76	
Esgotamento Sanitário - Fossa rudimentar	39,98	34,22	13,54	
Esgotamento Sanitário – outro	5,95	3,01	0,88	
Esgotamento Sanitário – não tinham	3,97	1,56	0,12	

*Demográfico, 1991, 2000 e 2010.*

O acesso aos bens de consumo como geladeira, televisão, telefone e computador mostra a evolução no potencial de consumo da população.

Em 1991 apenas 80,42% das habitações possuíam geladeira, 84,24% televisão e 11,03% telefone. Em 2000 houve um grande salto, devido à diminuição dos preços pela evolução tecnológica e ao aumento da renda das famílias, onde 94,82% das residências possuíam geladeira, 92,34% televisor e 22,41% telefone. Vale ressaltar também que 5,78% das residências já possuíam computadores, dado não disponível em 1991. Já em 2010 o acesso a esses bens de

consumo continuou subindo, sendo que 98,13% da população já possuía geladeira em suas residências, 95,61% televisão, 26,10% telefone e 36,75% computador.

**Tabela 19 – Acesso aos bens de consumo, 1991, 2000 e 2010**

Tipo de bem de consumo	Percentual de domicílios		
	1991	2000	2010
Geladeira	80,42	94,82	98,13
Televisão	84,24	92,34	95,61
Telefone	11,03	22,41	26,10
Computador	N/D	5,78	36,75

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

N/D: Não Disponível.

### Déficit Habitacional

Segundo estudo sobre déficit habitacional no Brasil formulado pela Fundação João Pinheiro junto ao Ministério das Cidades em 2008, as habitações devem ser qualificadas para efeito de identificação do déficit habitacional, do ponto de vista da precariedade das suas instalações (domicílios rústicos ou improvisados), a coabitação e o adensamento excessivo nos domicílios (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

A inadequação do domicílio por sua vez deve ser identificada pela carência de infraestrutura, a inadequação fundiária.

São diversos os estudos existentes sobre padrão de ocupação nas cidades. A Caixa Econômica Federal, em estudo realizado sobre demanda habitacional em 2012, conceitua déficit habitacional como a abrangência do incremento e a reposição do estoque de habitações.

Segundo resultados do estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e apresentados em maio de 2013 na nota técnica Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007–2011) por municípios (20104), o município de Pardinho possuía, em 2010, um déficit habitacional de 177 domicílios, dentre os quais 19 eram habitações precárias (5 domicílios improvisados e 14 rústicos), representando 10,20% do total de domicílios.

---

<sup>4</sup> Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010), de Bernardo Alves Furtado, Vicente Correia Lima Neto e Cleandro Krause.

A CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - empresa do Governo Estadual, vinculada à Secretaria da Habitação, é o maior agente promotor de moradia popular no Brasil. Tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado, voltados para o atendimento exclusivo da população de baixa renda - atende famílias com renda na faixa de 1 a 10 salários mínimos. Atualmente está iniciando em área anexa ao bairro Alto Pardinho, doada pela Prefeitura, a construção de um novo empreendimento habitacional com previsão de 153 novas unidades habitacionais, que devem ser concluídas no próximo ano.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre déficit habitacional no município de Pardinho.

**Tabela 20 – Déficit Habitacional no Município de Pardinho**

Pardinho	2010
<b>Nº de Domicílios</b>	<b>1.734</b>
<b>Déficit Habitacional</b>	<b>177</b>
<b>Precárias</b>	<b>19</b>
Rústico	14
Improvisados	5
<b>Coabitação</b>	<b>73</b>
Cômodos	13
Conviventes com intenção de mudar	60
<b>Excedente Aluguel</b>	<b>70</b>
<b>Adensamento Aluguel</b>	<b>18</b>

Fonte: Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007 – 2011) por municípios (2010), IPEA – 2013.

### Cadastro Único

Outra forma de entender a situação econômica da população de Pardinho é analisando a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, que visa superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo o programa, são consideradas famílias extremamente pobres aquelas com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. Enquanto famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa – neste caso, a participação depende se as famílias tiverem gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Para receber o programa, é preciso estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que reúne informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

No município de Pardinho, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2019 era de 5.744 dentre as quais:

- 97 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 88 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 209 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo;
- 162 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O PBF beneficiou no município de Pardinho, no mês de abril de 2019, 153 famílias, representando uma cobertura de 74,6% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 148,03 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 22.649,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2018, atingiu o percentual de 97,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 151 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 155. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 88,9%, resultando em 24 jovens acompanhados de um total de 27.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de dezembro de 2018, atingiu 94,1 %, percentual equivale a 332 pessoas de um total de 353 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

#### **4.8 Educação**

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No município de Pardinho, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,75%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 85,25%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 69,90%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 54,70%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 84,16 pontos percentuais, 44,94 pontos percentuais, 58,12 pontos percentuais e 51,05 pontos percentuais.

Em 2010, 87,17% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 87,60% e, em 1991, 75,67%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 12,06% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,59% em 2000 e 0,89% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 4,25% das crianças de 5 a 6 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 11 a 13 anos atingia 14,75%.

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 30,68% para 47,45%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 11,69%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 9,88% eram analfabetos, 42,27% tinham o ensino fundamental completo, 28,92% possuíam o ensino médio completo e 8,47%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

**Tabela 21 – Nível Educacional da População 1991, 2000 e 2010**

Pardinho	Ano		
	1991	2000	2010
Fundamental Completo*	9,89%	25,10%	42,27%
Médio Completo*	5,34%	15,00%	28,92%
Superior Completo*	1,42%	3,80%	8,47%
Analfabetos*	22,70%	15,10%	9,88%

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

\*Considerou-se a população de 25 anos ou mais.

**Tabela 22 – Frequência por nível de ensino, 1991, 2000 e 2010**

Pardinho	Ano		
	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos	11,59	69,91	95,75
% de 11 a 13 anos	40,31	81,82	85,25
% de 15 a 17 anos	11,78	45,27	69,90
% de 18 a 20 anos	3,65	33,52	54,70

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Para a análise das condições de ensino no município de Pardinho, deve-se expor a potencialidade de oferta desse serviço, uma vez este considerado pela ONU e organizações nacionais e internacionais, um direito universal. Os valores apresentados na tabela a seguir são condizentes ao número de estabelecimentos existentes para os diversos níveis de ensino no município estudado.

**Tabela 23 – Número de estabelecimentos de ensino**

Anos/ Graus	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
<b>2016</b>					
Ensino Infantil	0	0	3	0	3
Ensino Fundamental	0	0	2	0	2
Ensino Médio	0	1	0	0	1
<b>2017</b>					
Ensino Infantil	0	0	3	0	3
Ensino Fundamental	0	0	2	0	2
Ensino Médio	0	1	0	0	1
<b>2018</b>					
Ensino Infantil	0	0	3	0	3
Ensino Fundamental	0	0	2	0	2
Ensino Médio	0	1	0	0	1

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censos Educacionais 2016, 2017 e 2018.



Em termos de infraestrutura no setor de educação, Pardinho apresenta poucos estabelecimentos, apenas 3 no ensino infantil, 2 no ensino fundamental e só 1 no ensino médio.

A importância do ensino pré-escolar é fundamental para o rendimento das crianças até o restante de sua formação, ainda que seja muito comum o afastamento de muitas delas para ser uma ajuda mais produtiva no trabalho, incrementando a renda da família.

No há instituições de ensino superior no município de Pardinho.

Os dados mais recentes (2018) coletados pelo Setor de Estatísticas do município apontam 294 alunos matriculados na Educação Infantil, 973 alunos no Ensino Fundamental, e 250 no Ensino Médio.

Dados de 2010, do IBGE, mostram que a taxa de analfabetismo na faixa dos 15 anos ou mais é de 11,3%. Ainda de acordo com dados do Setor de Estatísticas do município, a taxa de abandono no Ensino Fundamental na Zona Urbana é de 0,7% e no Ensino Médio de 0,0% (2018). As taxas de reprovação para o mesmo ano no Ensino Fundamental foram de 3,4% na Zona Urbana, e no Ensino Médio de 23,3%. O que chama a atenção é o alto índice de distorção de idade e série no município, tanto no Ensino Fundamental, como no ensino Médio.

As tabelas a seguir elucidam as informações dos altos índices de distorção de idade e série no município de Pardinho.

**Tabela 24 – Taxa de Distorção de Idade e Série – Ensino Fundamental (2018)**

Ano	% Urbana	% Rural
1º ano	0,0	-
2º ano	2,7	-
3º ano	6,6	-
4º ano	16,5	-
5º ano	11,9	-
6º ano	18,3	-
7º ano	19,7	-
8º ano	14,3	-
9º ano	20,7	-

Fonte: MEC/INEP/Setor de Estatística (2018).

**Tabela 25 – Taxa de Distorção de Idade e Série – Ensino Médio (2018)**

Ano	% Urbana	% Rural
1ª série	18,9	-
2ª série	16,3	-
3ª série	6,9	-
4ª série	-	-

Fonte: MEC/INEP/Setor de Estatística (2018).

O IDEB é um índice importante, muito utilizado na atualidade, que mede a qualidade da educação nas redes de ensino pública e privada a nível nacional, em Estados e Municípios, através da aprovação e média de desempenho dos estudantes avaliados nas provas Saeb e Prova Brasil, consolidando também a projeção de metas de desenvolvimento anuais.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, verificou-se que o município de Pardinho vem atingindo as metas previstas estabelecidas no campo da educação desde o ano 2015.

Passando para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, o município não alcançou a metas projetadas nenhum dos anos.

Os dados dos índices da IDEB nas diferentes redes de ensino são apresentados nas tabelas a seguir.

**Tabela 26 – IDEB na Rede Pública em Pardinho**

IDEB Observado									
Ciclo	Município	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	
4ª série/ 5º ano	Pardinho	4,5	4,3	4,9	5,0	5,0	6,2	6,4	
8ª série/ 9º ano		4,0	3,6	3,7	4,3	4,2	4,6	3,9	
Metas Projetadas									
Ciclo		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4ª série/ 5º ano		4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5
8ª série/ 9º ano		4,0	4,2	4,4	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9

Fonte: INEP/MEC.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

O município de Pardinho através do PAC 2 foi contemplado com 1 prédio para Educação Infantil através do Programa PROINFÂNCIA.

**Tabela 27 – A situação das Obras do PAC 2 no Município**

Situação das Obras Aprovadas	Ação Preparatória	Em Licitação	Em Obras	Paralisada	Concluída	Total
Creches e Pré-escolas	-	-	-	-	1	1

Fonte: Ministério do Planejamento – PAC 2.

## 4.9 Saúde

Os indicadores de saúde constituem-se em medidas-síntese nas quais estão inseridas informações relacionadas a determinados atributos e dimensões da condição de saúde, assim como do desempenho do sistema na área em questão. A análise conjugada de tais indicadores deve refletir a as condições e manutenção de salubridade de uma determinada população sendo importante para a vigilância das condições de saúde.

A produção e a utilização de informações sobre saúde no Brasil envolvem estruturas governamentais em três níveis de gestão (federal, estadual e municipal) do Sistema Único de Saúde (SUS); bem como o IBGE e outros setores da administração pública produzem dados e informações de empenho para a saúde; instituições de ensino e pesquisa; associações técnico-científicas e as que coligam categorias profissionais ou funcionais; e organizações não governamentais.

O sistema local de saúde deve contar com unidades de saúde distribuídas segundo os diferentes níveis de complexidade de serviços e de acordo com as realidades locais e regionais.

Segundo o Ministério da Saúde, a estratégia adotada no país reconhece o município como o principal responsável pela saúde de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, de 2006, o gestor municipal assina um termo de compromisso para assumir integralmente as ações e serviços de seu território.

Os municípios possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado.

O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal e o planejamento estadual. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, a atenção básica à saúde é fator primordial para que se exista uma condição de vida adequada. Por isso, cabe saber algumas definições formuladas pelo mesmo:

#### **Posto de saúde**

“É uma unidade de saúde que presta assistência a uma população determinada, estimada em até 2.000 habitantes, utilizando técnicas apropriadas e esquemas padronizados de atendimento. Essa unidade não dispõe de profissionais de nível superior no seu quadro permanente, sendo a assistência prestada por profissionais de nível médio ou elementar, com apoio e supervisão dos centros de saúde de sua articulação”.

#### **Centro de saúde**

“É a unidade destinada a prestar assistência à saúde a uma população determinada, contando com uma equipe de saúde interdisciplinar em caráter permanente, com médicos generalistas e/ou especialistas. Sua complexidade e dimensões físicas variam em função das características da população a ser atendida, dos problemas de saúde a serem resolvidos e de acordo com seu tamanho e capacidade resolutiva”.

#### **Hospital local**

“É o estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica em regime de internação e urgência, nas especialidades médicas básicas, para uma população de área geográfica determinada. Para os municípios com agrupamentos com mais de 20.000 habitantes, o hospital local ser a primeira referência de internação. As unidades de internação desse estabelecimento são dimensionadas para atender, nas especialidades básicas (clínica médica, ginecologia obstetrícia, pediatria e clínica cirúrgica), os pacientes referidos dos centros de saúde de sua área delimitada, bem como oferecer cobertura ao atendimento de emergência da mesma área. Outras especialidades médicas poderão ser desenvolvidas no hospital local de

acordo com peculiaridades do quadro epidemiológico local, porém devem ser consideradas as limitações do nível de complexidade dos serviços oferecidos por esse tipo de unidade de saúde”.

“O hospital deve contar ainda com a infraestrutura mínima necessária à sua operação. Como apoio diagnóstico deve contar com laboratório de patologia clínica e radiodiagnóstico”.

### **Hospital regional**

“É o estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica em regime de internação e emergência nas especialidades médicas básicas, associadas àquelas consideradas estratégicas e necessárias para sua área de abrangência”.

Para dimensionamento dos leitos hospitalares deve-se considerar:

**Unidade mista ou hospital local** - Dois leitos/1.000 habitantes da área delimitada, mais um leito/1.000 habitantes, para atendimento da demanda de outras áreas.

**Hospital regional** - Dois leitos/1.000 habitantes da área delimitada, mais um leito/1.000 habitantes rurais do município, mais um leito/1.000 habitantes de agrupamentos fora do município, mais 0,5 leito/1.000 habitantes dispersos da área programática, fora do município.

A população mínima da área urbana onde se localiza um hospital regional não deve ser inferior a 20.000 habitantes.

Os dados condizentes à saúde no município de Pardinho refletem a inadequação do atendimento em categorias como serviços de internação, urgência, diagnose e terapia, farmácia ou cooperativa e vigilância epidemiológica e sanitária, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 28 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2015 em Pardinho**

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
<b>Pardinho</b>				
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	3	1	-	-
Urgência	1	-	-	-
Diagnose e terapia	1	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1	-	-	-
Farmácia ou cooperativa	1	-	-	-

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Situação da base de dados nacional em abril de 2019. Acesso em maio de 2019.

Entretanto, segundo padrões estabelecidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde), o indicador clássico de atendimento e infraestrutura na saúde é formado pelo número de leitos por habitantes. Para suprir a demanda necessária, a OMS recomenda um mínimo de 4 leitos a cada mil habitantes. Pardinho não tem leitos hospitalares, portanto, não cumpre com os padrões estabelecidos pela OMS, segundo dados analisados do DATASUS (MS, 2017).

Os estudos elaborados referentes à mortalidade têm por base a Classificação Internacional das Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta é composta por um número muito elevado de doenças, incluindo suas variantes e complicações. Sendo assim, os diagnósticos de saúde limitam-se a analisar a situação e a tendência de alguns grandes grupos de causas de morbidade e mortalidade.

O diagnóstico feito neste estudo trata da análise no que concerne à mortalidade e, para isso, um dos indicadores mais utilizados é o da proporção de óbitos por grupo de causa, em relação ao total dos óbitos ocorridos em dado período, que é conhecido como mortalidade proporcional por causa definida.

Sob a mesma base teórica, ainda é analisada a distribuição percentual de internações por grupo de causas, conferindo assim em um diagnóstico mais detalhado e plausível à avaliação.

Quanto aos índices de morbidade em Pardinho, a principal causa de internações refere-se, naturalmente, aos atendimentos por gravidez, partos e puerpério, indicando um percentual de 17,04%; seguido de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (12,39%) e doenças do aparelho circulatório (11,50%).

Óbitos mais frequentes estão ligados às doenças do aparelho circulatório, com 25,49% do total. O número de mortes por neoplasias e, por doenças endócrinas nutricionais e metabólicas também são representativos, com respectivas participações de 15,69% do total.

**Tabela 29 – Distribuição Percentual das Internações e Mortes por Grupo de Causas**

Unidade Espacial	Distribuição Percentual das Internações/Grupo de Causas 2018* (Por Local de Residência)		Mortalidade Proporcional /Grupo de Causas 2016**	
	Causa	%	Causa	%
Pardinho	Gravidez, parto e puerpério	17,04	Doenças do aparelho circulatório	25,49
	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	12,39	Neoplasias (tumores)	15,69
	Doenças do aparelho circulatório	11,50	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	15,69
	Doenças do aparelho digestivo	8,85	Doenças do aparelho respiratório	13,73
	Neoplasias (tumores)	8,63	Algumas afecções originadas no período perinatal	7,84
	Doenças do aparelho respiratório	8,41	Causas externas de morbidade e mortalidade	7,84
	Outros	33,18	Demais causas definidas	13,72

Fonte: \* Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Acesso em maio, 2019. \*\* MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Acesso em maio, 2019.

Retomando o Coeficiente de Mortalidade Infantil como indicador representativo da qualidade da saúde da população, o município de Pardinho apresentou em 2010 um coeficiente na ordem de 29,4, representando um nível além dos aceitáveis pela OMS, estabelecido em 6 mortos a cada mil nascidos vivos. Entretanto, deve-se tomar o cuidado de observar o indicador ao longo dos anos e, principalmente, quando a localidade ou região estudada apresentar um pequeno contingente populacional, o que pode extrapolar os índices mesmo quando há poucos casos desta natureza.

De certa forma, o município de Pardinho vem acompanhando as melhorias no âmbito da saúde da população e na qualidade de vida observadas no estado de São Paulo.

**Tabela 30 – Índice de Mortalidade Infantil**

Unidade Espacial	1991	2000	2010
<b>Pardinho</b>	29,4	18,1	15,9
<b>Estado de São Paulo</b>	27,3	19,4	13,9

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Os indicadores de saúde são muito importantes para o conhecimento, o monitoramento e avaliação da situação de saúde da população. Estudos epidemiológicos relacionados às condições de saneamento apontam os seguintes indicadores mais aplicados para analisar o impacto das ações de saneamento sobre a saúde coletiva: ‘morbidade por enfermidades diarreicas’ e ‘mortalidade por enfermidades diarreicas’.

As doenças de transmissão feco-oral, especialmente as diarreias representam em média mais de 80% das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI) no Brasil (IBGE, 2012).

A seguir dados que destacam a questão das doenças infecciosas e intestinais em Pardinho.

O total de causas de internação no período 2014-2018 chega a 2.244 e 2.258 AIHs (Autorização de Internação Hospitalar), porém optamos por listar as principais delas:



**Tabela 31 – Principais Causas de Internação da População (Pardinho)**

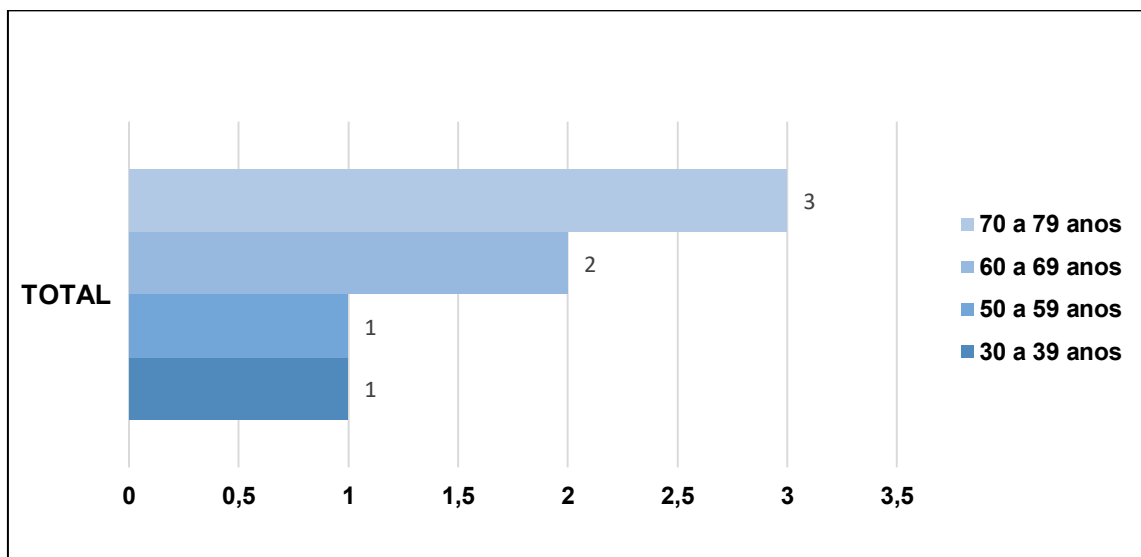
Principais Causas de Internação no Período entre 2014 e 2018	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Parto normal	53	48	48	39	37	226
Tratamento de outras doenças bacterianas	10	17	28	23	24	102
Tratamento de pneumonias ou influenza (Gripe)	15	13	9	10	19	66
Parto cesariano	15	11	14	7	8	55
Parto cesariano em gestação de alto risco	8	5	14	12	11	50
Tratamento de outros transtornos originados no período perinatal	16	7	11	9	6	49
Tratamento de insuficiência cardíaca	12	12	10	5	8	47
Tratamento de intercorrências clínicas na gravidez	10	12	20	2	3	47
Tratamento clínico de paciente oncológico	6	11	7	10	8	42
Outros procedimentos com cirurgias sequenciais	9	4	8	9	9	39
Parto normal em gestação de alto risco	3	5	13	13	4	38
Tratamento das doenças crônicas das vias aéreas inferiores	6	5	8	12	4	36
Tratamento de acidente vascular cerebral – AVC (isquêmico ou hemorrágico agudo)	6	9	5	6	8	34
Tratamento de outras doenças do aparelho digestivo	10	8	3	5	5	32
Apendicectomia	5	8	9	6	3	32

Fonte: DATASUS, 2019.

Cerca de 88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado. Destas mortes, aproximadamente 84% são de crianças (Organização Mundial da Saúde, 2009), sendo, segundo a Unicef (2009), a segunda maior causa de mortes em crianças menores de 5 anos de idade. Estima-se que 1,5 milhões de crianças nesta idade morram a cada ano vítimas de doenças diarreicas, sobretudo em países em desenvolvimento.

Observa-se no gráfico abaixo que número de mortes por doenças infecciosas intestinais e parasitárias concentra-se nas faixas etárias de 70 a 79 anos (3) e de 60 a 69 anos (2).

**Gráfico 12 – Período 2012-2016 Óbitos por Faixa Etária Causa: Doenças Infecciosas Intestinais e Parasitárias**



Fonte: DATASUS, 2019.

**Tabela 32 – Internações por Doenças Infecciosas e Intestinais no Período de 2014 a 2018 por Local de Residência e por Faixa Etária (Pardinho)**

Faixa Etária	2014	2015	2016	2017	2018	Total
< 1 ano	36	33	46	28	33	176
1-4 anos	16	11	18	19	20	84
5-9 anos	17	9	16	11	20	73
10-14 anos	18	12	13	17	10	70
15-19 anos	26	31	45	47	27	176
20-29 anos	87	75	78	54	69	363
30-39 anos	43	48	77	38	50	256
40-49 anos	47	52	48	39	45	231
50-59 anos	42	40	25	25	42	174
60-69 anos	56	74	66	53	51	300
70-79 anos	33	47	49	47	37	213
80 anos e mais	24	28	30	24	22	128
<b>Total</b>	<b>445</b>	<b>460</b>	<b>511</b>	<b>402</b>	<b>426</b>	<b>2.244</b>

Fonte: DATASUS, 2019.

**Tabela 33 – Gastos com Internações por Faixa Etária para Tratamento de Doenças Infecciosas e Intestinais no período de 2014 a 2018 por Local de Residência (Pardinho)**

Faixa Etária	2014	2015	2016	2017	2018	Total
< 1 ano	R\$ 1.298,86	R\$ 1.761,69	R\$ 410,89	-	R\$ 40.693,91	R\$ 44.165,35
1-4 anos	-	R\$ 1.298,86	R\$ 486,93	R\$ 1.529,26	R\$ 4.989,53	R\$ 8.304,58
5-9 anos	-	-	R\$ 1.346,86	R\$ 625,43	R\$ 2.415,44	R\$ 4.387,73
10-14 anos	-	-	R\$ 5.134,97	-	-	R\$ 5.134,97
15-19 anos	-	-	R\$ 2.772,99	R\$ 22.324,63	-	R\$ 25.097,62
20-29 anos	R\$ 445,77	-	R\$ 543,04	R\$ 1.552,06	R\$ 1.394,77	R\$ 3.935,64
30-39 anos	-	-	R\$ 15.874,13	R\$ 11.678,45	R\$ 4.651,76	R\$ 32.204,34
40-49 anos	R\$ 2.232,03	R\$ 1.846,74	-	R\$ 1.346,86	R\$ 44.805,65	R\$ 50.231,28
50-59 anos	R\$ 2.496,39	R\$ 17.540,15	R\$ 6.394,07	-	R\$ 19.800,27	R\$ 46.230,88
60-69 anos	R\$ 3.958,33	R\$ 21.274,62	R\$ 12.841,65	R\$ 10.474,43	R\$ 10.273,25	R\$ 58.822,28
70-79 anos	R\$ 5.168,12	R\$ 5.933,30	R\$ 24.975,73	R\$ 17.880,22	R\$ 6.085,53	R\$ 60.042,90
80 anos e mais	R\$ 7.645,17	R\$ 7.301,83	R\$ 24.064,35	R\$ 16.533,22	R\$ 6.345,34	R\$ 61.889,91
<b>Total</b>	<b>R\$ 23.244,67</b>	<b>R\$ 56.957,19</b>	<b>R\$ 94.845,61</b>	<b>R\$ 83.944,56</b>	<b>R\$ 141.455,50</b>	<b>R\$ 400.447,50</b>

Fonte: DATASUS, 2019.

#### 4.10 Segurança Pública

O município de Pardinho conta com uma delegacia da polícia civil, com efetivo de quatro agentes e três viaturas, e a base da polícia militar que funciona com seis soldados e três viaturas, existe um programa de patrulhamento rural regional planejado e realizado pelo efetivo de Botucatu.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP), os índices de criminalidade de Pardinho são dos menores, junto a Pratânia, dentre os municípios que compõem a microrregião de Botucatu.

Porém, merece atenção destacar que, ainda que as taxas sejam mais baixas do que alguns dos municípios vizinhos, entre 2014 e 2017 aumentaram os roubos no município, conforme pode observar-se na tabela mais abaixo.

Os demais elementos (homicídios dolosos, furtos e furtos-roubos de veículos) também aumentaram neste mesmo período de tempo no município.

O município de Pardinho atingiu o pico da violência em 2016, quando o número de homicídios dolosos foi de 2.

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera que quando este índice supera a marca de 10 homicídios por 100 mil habitantes por ano, configura-se uma situação de calamidade pública, portanto o município de Pardinho (com índice de 17,91 homicídios para cada 100 mil habitantes) encontra-se atualmente por acima dos valores desejados. Para se ter uma referência entre os países de menor taxa de homicídio encontram-se o Reino Unido e o Japão com 0,4 e a Alemanha e a Suíça com 0,6 homicídios por 100 mil habitantes em 2008.

**Tabela 34 – Ocorrências Policiais em Pardinho (2001-2018)**

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2001	0	16	4	1
2002	0	13	2	5
2003	0	15	4	1
2004	0	25	3	0
2005	0	49	7	1
2006	0	51	5	2
2007	0	35	2	2
2008	0	49	1	7
2009	0	40	9	3
2010	1	34	2	1
2011	0	39	0	1
2012	0	17	1	3
2013	0	65	4	9
2014	0	49	6	0
2015	0	64	6	6
2016	2	89	8	3
2017	0	107	11	5
2018	1	69	5	4

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

#### **4.11 Finanças Públicas**

A análise dos dados de Finanças Públicas é um importante indicador da evolução da participação do setor público na economia, uma vez que tais dados abrangem a captação de recursos, sua gestão e seu gasto para atender às necessidades da coletividade e do próprio município.

A base de informações utilizada, proveniente da Secretaria do Tesouro Nacional, é o banco de dados do FINBRA (Finanças do Brasil) entre os anos de 2000 e 2012. Os valores foram corrigidos pelo IGP-M (dezembro/2012) possibilitando a equiparação dos dados nos distintos períodos estudados.

A receita orçamentária do município de Pardinho apresentou, em 2012, um acréscimo na comparação com o ano de 2000. A receita orçamentária total saiu de R\$ 14,3 milhões no ano 2000 chegando a R\$ 20,4 milhões em 2012 (Valores para o ano de 2012 corrigidos pelo IGP-M).

No que diz respeito à capacidade de arrecadação local em Pardinho (impostos e taxas), avaliado pelo seu percentual de participação na receita orçamentária apresentou um considerável incremento. Em 2000 a receita tributária estava em R\$ 2.338.258,30, ou seja, 16,34% da receita orçamentária total. Já em 2012 este índice passou para 21,42% de participação. A participação pequena da receita tributária revela que há certa dependência do município acerca da gestão financeira com relação ao aporte público recebido dos governos estadual e federal.

Em relação aos gastos com pessoal, verifica-se um ligeiro aumento. Em 2000, o município gastou nesta seção R\$ 5.716.085,44, passando para R\$ 8.978.957,30 em 2012. A relação gastos com pessoal sobre despesa total aumentou de 42,38% em 2000 para 46,90% em 2012.

A tabela a seguir relaciona os números de receita e despesa das finanças municipais de Pardinho para os anos de 2000 e 2012, com valores corrigidos para o ano de 2012 para efeito de análise comparativa.

**Tabela 35 – Receitas e Despesas de Pardinho (Valores a Preços Constantes de 2012)**

Pardinho			Variação Percentual Anualizada
Item	2000*	2012	
<b>Receita Orçamentária Total</b>	<b>R\$ 14.312.976,16</b>	<b>R\$ 20.411.234,59</b>	3,00%
Per capita	R\$ 3.094,70	R\$ 3.574,02	1,21%
Receita Corrente	R\$ 13.418.172,80	R\$ 22.281.217,78	4,32%
Transferências Correntes	R\$ 9.975.615,94	R\$ 16.520.879,90	4,29%
Cota ICMS	R\$ 3.145.359,78	R\$ 4.829.237,82	3,64%
Cota FPM	R\$ 3.494.118,46	R\$ 5.741.287,79	4,23%
Cota ICMS/Receita Orçamentária Total	24,41%	23,66%	-0,26%
Receita Tributária	R\$ 2.338.258,30	R\$ 4.371.507,72	5,35%
Receita Tributária /Receita Orçamentária T.	16,34%	21,42%	2,28%
Receita de Capital	R\$ 894.803,36	R\$ 393.245,31	-6,62%
Receita de Capital/ Receita Orçamentária T.	6,25%	1,93%	-9,33%
<b>Despesa Orçamentária Total</b>	<b>R\$ 13.488.810,62</b>	<b>R\$ 19.146.338,44</b>	2,96%
Gastos com Pessoal	R\$ 5.716.085,44	R\$ 8.978.957,30	3,84%
Gastos Com Pessoal/ Despesa Total	42,38%	46,90%	0,85%

Fonte: Finanças Públicas do Brasil – Secretaria do Tesouro Nacional.

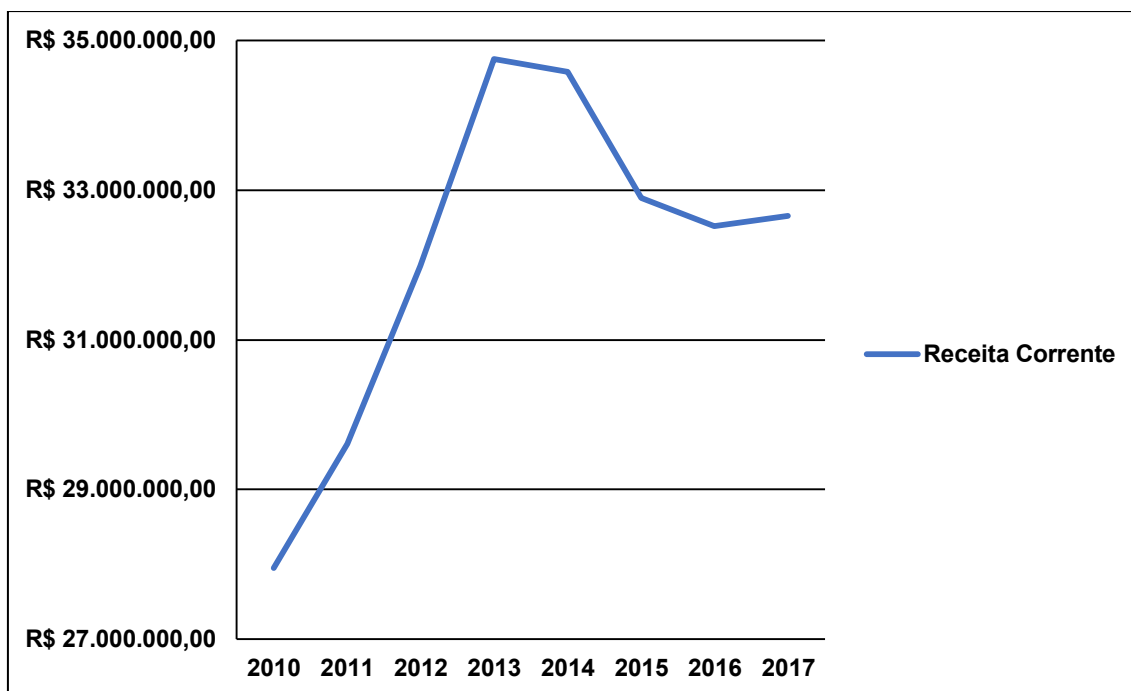
\*Valores corrigidos pelo IGP-M (FGV) para ano 2012 (in. Banco de Brasil/Calculadora do Cidadão, 2019).

**Tabela 36 – Finanças Pardinho IPCA médio de 2018**

Ano	Receita Corrente	Receita Tributária	Transferências Correntes
<b>2010</b>	R\$ 27.948.794,26	R\$ 5.584.138,34	R\$ 21.021.066,52
<b>2011</b>	R\$ 29.609.697,45	R\$ 5.414.756,55	R\$ 22.740.967,46
<b>2012</b>	R\$ 31.989.768,24	R\$ 6.276.296,04	R\$ 23.719.489,86
<b>2013</b>	R\$ 34.753.033,12	R\$ 6.869.231,02	R\$ 25.261.486,27
<b>2014</b>	R\$ 34.578.580,99	R\$ 7.364.488,75	R\$ 24.942.107,51
<b>2015</b>	R\$ 32.897.305,12	R\$ 6.500.800,96	R\$ 24.157.811,37
<b>2016</b>	R\$ 32.518.716,98	R\$ 6.398.030,86	R\$ 24.216.916,52
<b>2017</b>	R\$ 32.658.312,89	R\$ 6.443.643,38	R\$ 24.664.144,54

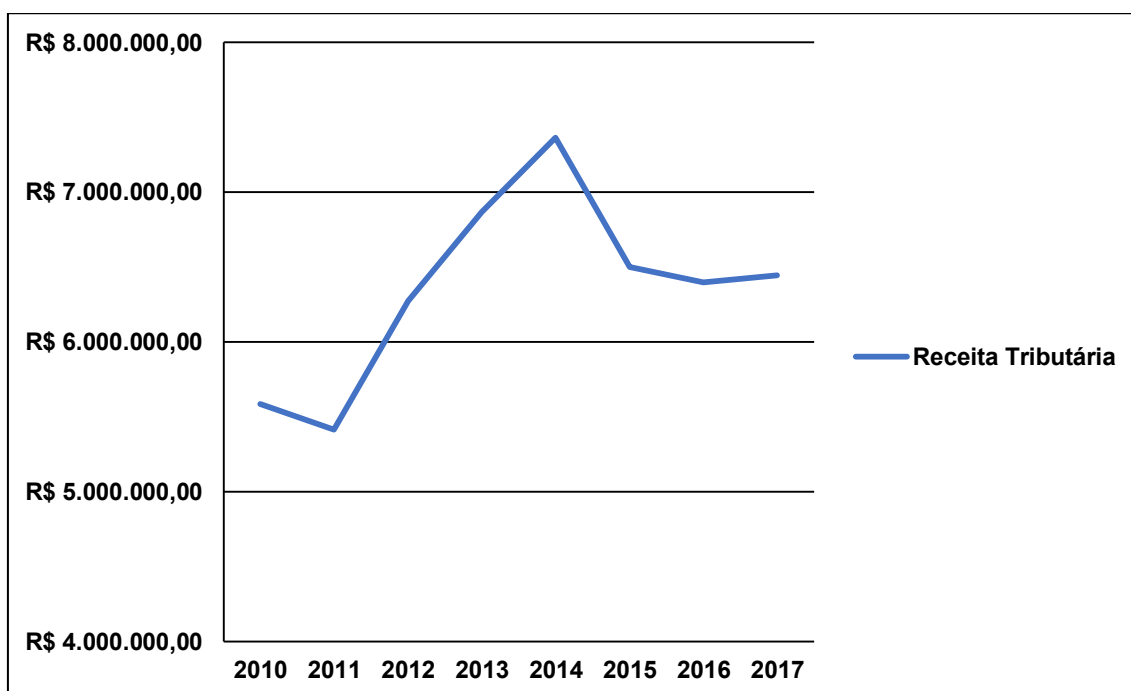
Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Gráfico 13 – Evolução Receita Corrente IPCA médio de 2018**



Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

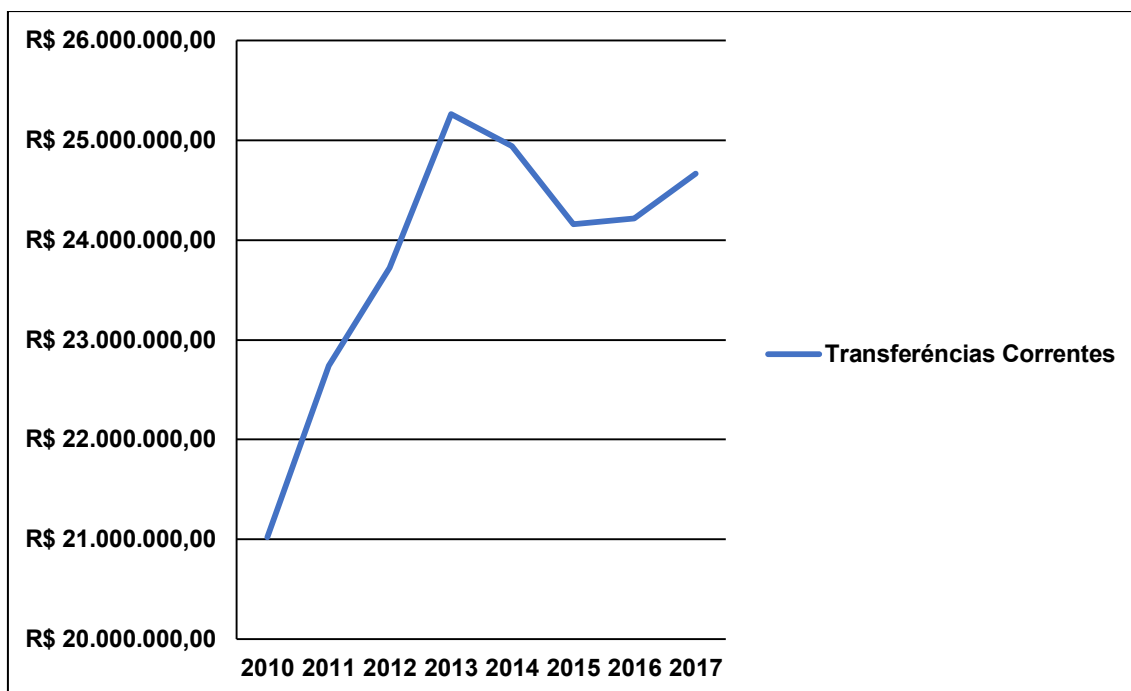
**Gráfico 14 – Evolução Receita Tributária IPCA médio de 2018**



Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

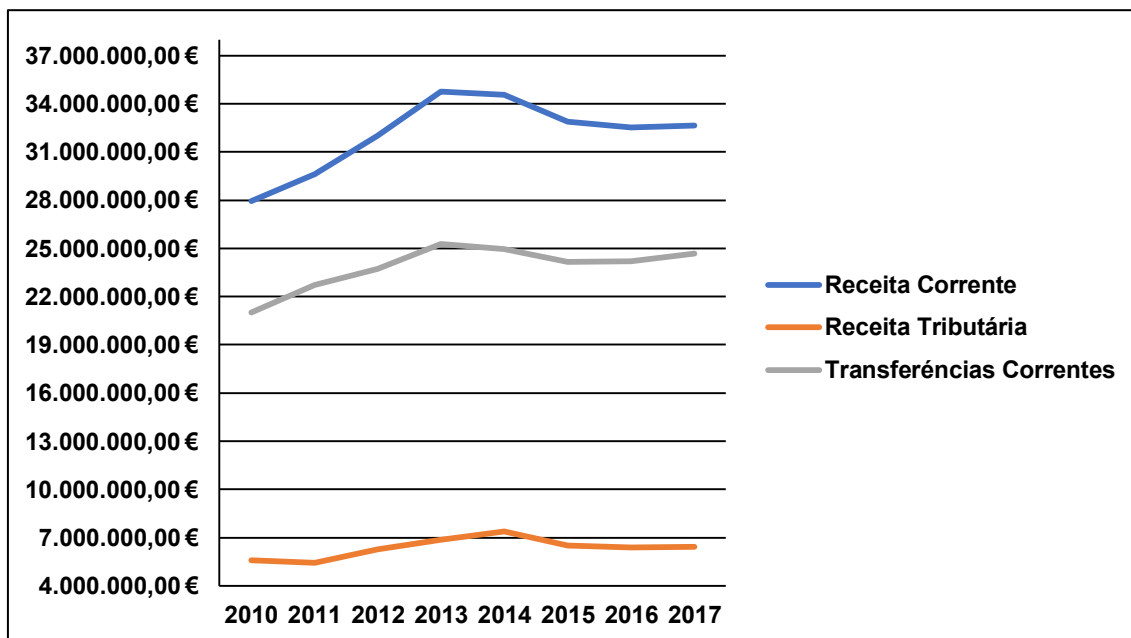


**Gráfico 15 – Evolução Transferências Correntes IPCA médio de 2018**



Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Gráfico 16 – Comparativo entre Receita Corrente, Tributária e Transferências Correntes IPCA médio de 2018**



Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise das Contas Públicas do Município de Pardinho, podemos verificar e relatar algumas impressões:

A receita nominal decresce ano a ano, principalmente em função das transferências constitucionais, FPM – Fundo de Participação dos Municípios e ICMS. Salientamos também que a Receita Tributária, ou própria, que é de responsabilidade de lançamento e cobrança do próprio município, decresce na mesma proporção, mostrando certa inoperância ou descumprimento desta função por parte dos órgãos locais. Importante dizer que esta realidade acontece em boa parte dos municípios brasileiros.

Levando em consideração a inflação nestes cinco anos, observa-se um decréscimo da receita corrente de 2013 a 2017 de -6,03% e nas receitas tributárias próprias de -6,20%.

**Tabela 37 – Principais Receitas. Em reais – Preços Correntes**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Orçamentária	24.023.906,11	28.761.091,97	26.830.453,01	28.913.292,74	30.390.785,83
Receitas Correntes	25.707.663,26	27.197.504,61	28.211.610,52	30.324.016,30	31.503.702,20
Receita Tributária	5.081.337,14	5.792.479,36	5.574.865,91	5.966.225,30	6.215.833,10
Receitas de Contribuições	136.163,13	113.280,99	479.185,66	689.815,92	643.102,93
Receita Patrimonial	95.671,28	232.070,20	288.520,16	246.306,88	237.104,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.811,65	84.041,37	7.018,34	13.064,63	4.755,92
Transferências Correntes	18.686.535,37	19.618.013,94	20.716.917,78	22.582.507,54	23.792.161,81
Outras Receitas Correntes	1.703.144,69	1.357.618,75	1.145.102,67	826.096,03	610.744,00
Receitas de Capital	1.216.612,10	4.473.150,55	1.600.056,00	1.704.338,26	2.138.625,17
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	31.950,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.216.612,10	4.441.200,55	1.600.056,00	1.704.338,26	2.138.625,17
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

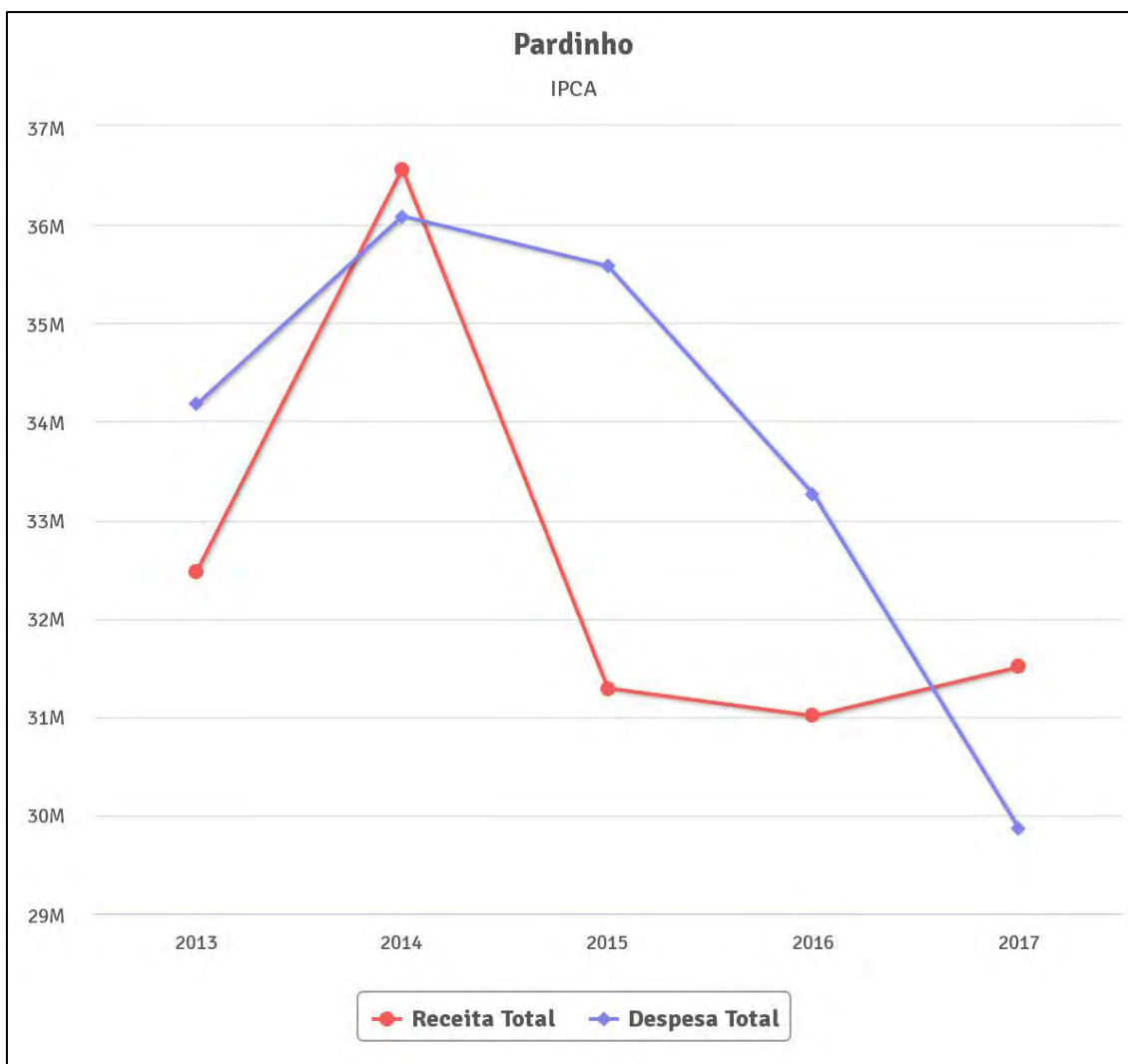
Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (-) Dados não disponíveis.

**Tabela 38 – Principais Receitas. Em Reais – IPCA médio de 2018**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Orçamentária	32.476.837,59	36.566.507,20	31.286.749,78	31.005.892,30	31.504.608,13
Receitas Correntes	34.753.033,12	34.578.580,99	32.897.305,12	32.518.716,98	32.658.312,89
Receita Tributária	6.869.231,02	7.364.488,75	6.500.800,96	6.398.030,86	6.443.643,38
Receitas de Contribuições	184.072,81	144.024,09	558.774,09	739.741,35	666.672,65
Receita Patrimonial	129.333,70	295.051,27	336.440,76	264.133,34	245.794,32
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.504,65	106.849,19	8.184,02	14.010,18	4.930,22
Transferências Correntes	25.261.486,27	24.942.107,51	24.157.811,37	24.216.916,52	24.664.144,54
Outras Receitas Correntes	2.302.404,66	1.726.060,19	1.335.293,92	885.884,73	633.127,77
Receitas de Capital	1.644.683,15	5.687.109,93	1.865.810,90	1.827.689,74	2.217.005,78
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	40.620,85	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.644.683,15	5.646.489,08	1.865.810,90	1.827.689,74	2.217.005,78
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: ComparaBrasil - elaborada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (-) Dados não disponíveis.

**Gráfico 17 – Receitas, Despesas, Ativo e Passivo – IPCA Médio de 2018**



Fonte: *ComparaBrasil* - elaborada com base nos dados da *Secretaria do Tesouro Nacional (STN)* e do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*.

Quanto ao equilíbrio fiscal do município nos últimos anos, verifica-se uma gestão eficiente. Fazendo a correção pelo IPCA, vê-se que a curva da receita foi menor nos anos 2014 a 2016, mas esta situação foi invertida no último ano. Já quanto os gastos públicos (também corrigidos pelo IPCA) pode-se verificar que a curva foi maior nos anos 2013 a 2014, mas esta situação foi invertida nos últimos anos.

**Tabela 39 – Despesas por Categoria Econômica – IPCA Médio de 2018**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Despesa Total</b>	34.173.158,06	36.086.649,27	35.579.749,18	33.258.973,68	29.859.052,17
<b>Despesas Correntes</b>	29.479.913,85	30.259.333,21	28.653.442,89	28.110.214,22	28.030.927,92
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	14.740.328,36	15.010.665,46	14.957.304,29	14.325.366,91	14.746.279,35
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	14.739.585,49	15.248.667,75	13.696.138,60	13.784.847,31	13.284.648,56
<b>Despesas de Capital</b>	4.693.244,21	5.827.316,06	6.926.306,29	5.148.759,46	1.828.124,25
<b>Investimentos</b>	4.439.486,87	5.578.690,92	6.647.321,83	4.959.224,07	1.612.509,75
<b>Inversões Financeiras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida</b>	253.757,34	248.625,14	278.984,46	189.535,39	215.614,50

Fonte: *ComparaBrasil* - elaborada com base nos dados da *Secretaria do Tesouro Nacional (STN)* e do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. (-) Dados não disponíveis.

A tabela a seguir mostra que boa parte do incremento da arrecadação do município foi destinada para a aplicação da função pública educação. Enquanto as despesas totais desceram no período 2013-2017 de R\$ 34.173.158,06 para R\$ 29.859.052,17 representando decréscimo de -12,62%, os gastos com a educação pública municipal também desceram de R\$ 14.411.537,99 para R\$ 10.591.223,82, com decréscimo de -26,51%.

**Tabela 40 – Despesa por função. Em Reais – IPCA médio de 2018**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Despesa por Função</b>	34.173.158,06	36.086.649,27	35.579.749,18	33.258.973,68	29.859.052,17
<b>Legislativa</b>	1.300.653,53	1.343.954,42	1.057.069,85	965.949,02	1.010.446,98
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Administração</b>	2.705.524,32	2.714.745,24	2.503.696,34	2.303.752,35	2.305.654,50
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Assistência Social</b>	1.245.471,07	1.397.573,73	1.185.236,83	1.686.975,18	1.408.937,73
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	5.777.468,85	7.475.562,37	6.289.020,73	6.267.015,27	6.042.555,57
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Educação</b>	14.411.537,99	13.043.200,01	11.161.916,85	10.650.236,48	10.591.223,82
Cultura	788.833,60	806.598,36	288.587,87	284.514,97	328.096,50
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	3.422.537,40	4.376.779,32	5.443.726,16	4.484.829,45	4.223.717,66
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	56.030,59	81.481,96	3.232.642,89	2.570.727,20	62.591,83
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	432.427,93	423.642,30	772.333,54	349.891,20	706.760,24
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	29.572,57	154.401,62	152.359,78	72.425,82	79.682,15
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	590.823,87	794.438,16	369.101,16	378.157,92	321.750,75
Desporto e Lazer	371.810,98	300.080,75	249.156,73	825.105,98	272.119,86
Encargos Especiais	3.040.465,34	3.174.191,05	2.874.900,44	2.419.392,82	2.505.514,58

Fonte: *ComparaBrasil* - elaborada com base nos dados da *Secretaria do Tesouro Nacional (STN)* e do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. (-) Dados não disponíveis.

## 4.12 Mobilidade

Localizado na porção central da mesorregião de Bauru, o município de Pardinho dista aproximadamente 200 km da capital do estado (São Paulo) e conta com algumas rodovias que atravessam seu limite municipal, a maior parte delas pavimentadas.

Entre elas, destaca-se a SP-280 (Rodovia Presidente Castelo Branco), também denominada BR-374 e originalmente chamada de Rodovia do Oeste, que é a principal ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo e o Centro-Oeste Paulista. Passa ao sul do município, no sentido leste-oeste, e no km 193 encontra-se a entrada à Rodovia João Emílio Roder, estrada vicinal que serve de acesso à sede municipal.

Outra rodovia importante localizada à oeste de Pardinho é a SP-209 (Rodovia Professor João Hipólito Martins), que liga o município à cidade vizinha de Botucatu a partir da Rodovia Castelo Branco. A SP-209 serve também de ligação, ao norte de Pardinho, com outra das principais rodovias estaduais, a SP-300 (Rodovia Marechal Rondon).

À leste do município, a SP-147 (Rodovia Lázaro Cordeiro de Campos), a partir da Rodovia Castelo Branco, faz de ligação com a cidade vizinha de Bofete. A via é de pista simples, com curvas perigosas e para piorar a situação, carece de acostamento e de manutenção adequada do asfalto.

Além das rodovias estaduais, o município possui três estradas municipais (EM João Emílio Roder, EM Pedro Bosco e EM Antonio Vicentini (Monjolão)) e 6 estradas vicinais (EV. Antonio Favorito, EV Santa Fé, EV Barbosa, EV Pardinho-Angatuba, EV Constantino Pauletti e EV Limoeiro) consideradas de maior importância dentro do município.

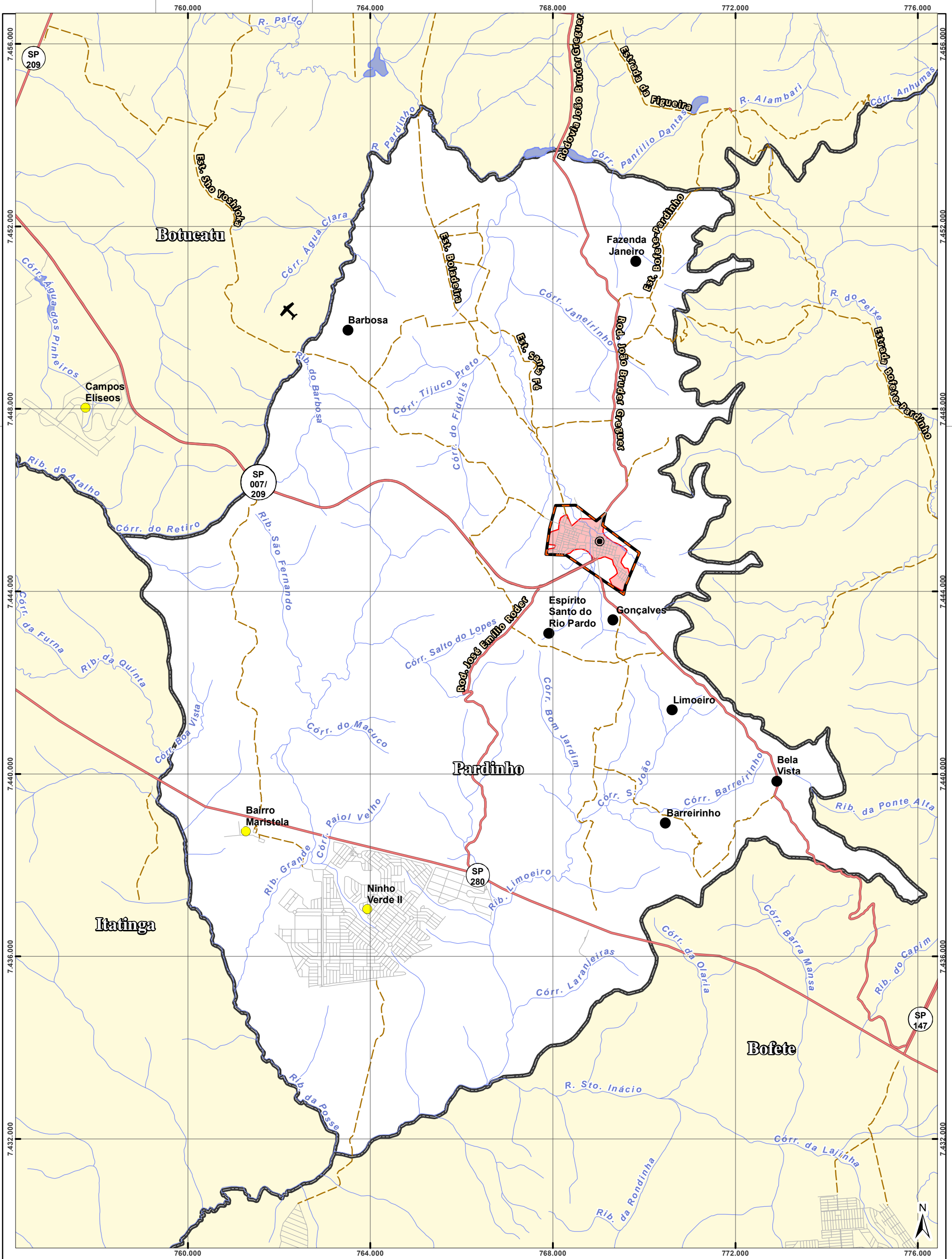
- **Estrada Municipal Pedro Bosco:** Estrada 100% asfaltada, entrada principal da cidade, ligação entre o município de Pardinho e a Rodovia Prof. João Hipólito Martins (SP 209) conhecida como Castelinho. Dentro do município de Pardinho a estrada possui aproximadamente 9 Km e até o seu ponto final um total de 18 Km; ao longo do seu trecho a estrada possui ótima capacidade de rodagem, com vários trechos de acostamento.
- **Estrada Municipal João Emílio Roder:** Estrada 100% asfaltada, acesso entre o município de Pardinho e a Rodovia Castelo Branco (SP-280), com aproximadamente 9 Km, possui três trechos parcialmente intransitáveis, necessitando de manutenção e poucas áreas de acostamento.
- **Estrada Municipal Antonio Vicentini:** Conhecida também como estrada do Monjolão, é a ligação entre Pardinho e a Rodovia Marechal Rondon, SP-300, a estrada possui aproximadamente 16 Km sendo 9 Km pertencentes ao município, 100% asfaltada possui bons trechos de rodagem e alguns pontos de acostamento.

- **Estrada Vicinal da Santa Fé:** Estrada em leito natural, com início no centro urbano de Pardinho transita por dentro do Bairro Demétria no município de Botucatu e termina na Estrada Gastão Dal Farra, é o trecho de ligação mais próximo a cidade de Botucatu, 11 Km da estrada são pertencentes a Pardinho, e possui um tráfego intenso e pesado até a Fazenda Santa Fé.
- **Estrada Vicinal do Barbosa:** Estrada, em leito natural, de acesso de produtores ao centro urbano de Pardinho ou a Estrada Municipal Pedro Bosco, possui trechos em condições seguras de rodagem.
- **Estrada Vicinal Pardinho – Angatuba:** Estrada de terra, com aproximadamente 9 Km, tem início na Estrada Municipal Pedro Bosco e término na Rodovia Castelo Branco, em todo seu trecho possui ótimas condições, apresentando estrutura confiável também durante os períodos de chuva

A seguir é apresentado mapa representativo dos eixos de vertebração infraestrutural de transporte do município de Pardinho e que articula este município com as cidades de seu entorno mais próximo.

#### **Mapa 11 – Mapa de Transporte**





**Convenções cartográficas**

● Sede municipal	— Via pavimentada	▭ Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
● Aglomerado urbano	— Via não pavimentada	▭ Área urbanizada
● Povoado	— Via urbana	▭ Limite municipal
✈ Pista de pouso	— Curso d'água	
	— Corpo d'água	

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Pref. de Pardinho



0 1 2 4 Km  
1:78.000

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S  
Projeção: Transverse Mercator  
Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho  
Plano Diretor

**ACESSOS E ENTORNO**

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

O município possui duas empresas que atendem a demanda intermunicipal (Osastur e Auto Ônibus Botucatu), conta com transporte escolar rural, além de possuir transporte hospitalar para Botucatu e jovens que frequentam faculdade das regiões. A prefeitura disponibiliza transporte gratuito para vários bairros rurais.

Em relação à mobilidade interna, o principal meio de transporte no município de Pardinho é o automóvel, responsável por 54,26% da frota de veículos, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2019). Nota-se que Pardinho segue o perfil do estado de São Paulo, onde o número de automóveis também supera o de motocicletas, conforme tabela a seguir. A motocicleta é o principal meio de transporte em muitas cidades do país, especialmente na região nordeste.

**Tabela 41 – Frota Municipal de Veículos em Pardinho, 2019**

Tipo de Veículo	Pardinho	%	Estado São Paulo	%
<b>Automóveis</b>	2.115	54,26	18.317.839	62,69
<b>Caminhões</b>	178	4,57	680.182	2,33
<b>Caminhões-trator</b>	93	2,39	174.014	0,60
<b>Caminhonetes</b>	457	11,72	1.975.854	6,76
<b>Camionetas</b>	158	4,05	1.239.027	4,24
<b>Ciclomotor</b>	1	0,03	56.286	0,19
<b>Micro-ônibus</b>	39	1,00	121.650	0,42
<b>Motocicletas</b>	427	10,95	4.662.471	15,96
<b>Motonetas</b>	57	1,46	917.308	3,14
<b>Ônibus</b>	32	0,82	160.219	0,55
<b>Utilitários</b>	21	0,54	289.300	0,99
<b>Reboque</b>	69	1,77	353.226	1,21
<b>Semi-reboque</b>	250	6,41	251.353	0,86
<b>Outros</b>	1	0,03	21.487	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>3.898</b>	<b>100,00</b>	<b>29.220.216</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – fevereiro, 2019.

### 4.13 Energia

O sistema de abastecimento de energia elétrica do município de Pardinho é efetuado pela concessionária Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista), empresa do grupo CPFL Energia, responsável pelo atendimento de mais 4 milhões de clientes de 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos.

Em termos absolutos, Pardinho têm seu maior consumo voltado à classe residencial (5.738 MW/h), e à classe comercial (5.735 MW/h), com mais da metade do consumo total (53,57%).

O consumo comercial decresceu significativamente ao longo dos anos, passando de 6.229 MW/h em 2013 para 5.735 MW/h em 2017. Porém, o consumo no setor rural e industrial cresceu consideravelmente neste mesmo período, passando de 4.242 MW/h e 2.242 MW/h em 2013, para 4.959 MW/h e 2.637 MW/h, respectivamente.

O número de consumidores cresceu significativamente em todos os setores, exceto no comercial, que sofreu uma pequena queda no período estudado, passando de 107 estabelecimentos em 2013 para 96 em 2017.

No consumo total, no período 2013-2017, evidencia-se um aumento no consumo energético no município de Pardinho, passando de 19.426 MW/h em 2013, para 21.415 MW/h em 2017. No entanto, o consumo médio nesse mesmo período decresceu ligeiramente, passando de 6,89 MW/h por consumidor em 2013, para 6,06 MW/h por consumidor em 2017.

A seguir é apresentada tabela com informações sobre o consumo de energia no município de Pardinho.

**Tabela 42 – Participação dos Setores no Consumo de Energia Elétrica em Pardinho**

Pardinho					
CLASSE	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Residencial</b>					
Consumo (MWh)	4.512	4.978	5.056	5.323	5.738
Nº consumidores	2.385	2.504	2.633	2.929	3.065
Consumo médio	1,89	1,99	1,92	1,82	1,87
<b>Comercial</b>					
Consumo (MWh)	6.229	6.491	5.876	5.780	5.735
Nº consumidores	107	106	100	97	96
Consumo médio	58,21	61,24	58,76	59,59	59,74
<b>Industrial</b>					
Consumo (MWh)	4.242	4.756	4.920	4.705	4.959
Nº consumidores	16	17	15	15	19
Consumo médio	265,13	279,76	328,00	313,67	261,00
<b>Rural</b>					
Consumo (MWh)	2.242	2.383	2.245	2.507	2.637
Nº consumidores	252	252	259	263	264
Consumo médio	8,90	9,46	8,67	9,53	9,99
<b>Iluminação e Serviços Públicos e Outros</b>					
Consumo (MWh)	2.201	2.256	2.374	2.243	2.346
Nº consumidores	61	61	67	75	91
Consumo médio	36,08	36,98	35,43	29,91	25,78
<b>Total</b>					
<b>Consumo (MWh)</b>	<b>19.426</b>	<b>20.864</b>	<b>20.471</b>	<b>20.559</b>	<b>21.415</b>
<b>Nº consumidores</b>	<b>2.821</b>	<b>2.940</b>	<b>3.074</b>	<b>3.379</b>	<b>3.535</b>
<b>Consumo médio</b>	<b>6,89</b>	<b>7,10</b>	<b>6,66</b>	<b>6,08</b>	<b>6,06</b>

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo.

#### 4.14 Telecomunicações

Em termos de cobertura de serviços de telecomunicações, existe em Pardinho uma densidade de telefones públicos (TUP) de 2,83 para cada 1.000 habitantes, e um total de 488 acessos fixos instalados, ofertando uma média de um acesso para cada 13,03 habitantes. A cobertura está muito aquém dos parâmetros nacionais, que apresentam um TUP de 4,4 para cada 1.000 habitantes (ano referência 2013).

A proporção de telefones fixos instalados também é inferior aos parâmetros nacionais que contabilizam 4,30 habitantes por acesso fixo (ano referência 2013).

**Tabela 43 - Cobertura por Telefonia Ofertada nos Município de Pardinho**

Município	Acesso Fixo Instalado	Média de acesso a telefones fixos (hab./acesso)	Telefones de Uso Público (TUP)	Densidade TUP/1000 hab.
Pardinho	488	13,03	18	2,83

Fonte: ANATEL, abril 2019.

#### 4.15 Turismo

A cidade de Pardinho é conhecida nacionalmente por suas belezas naturais, tradição rural, entre outros atrativos, que lhe renderam o título de “Terra das Emoções”.

O município de Pardinho preserva suas tradições ligadas à agricultura familiar de terra fértil. Suas paisagens exuberantes são marcadas pelos mistérios da natureza mística dos caminhos do Peabiru, das rotas dos antigos tropeiros e suas lendas e mitos que vivem nos causos das modas de viola. Fundada por imigrantes, predominantemente italianos e portugueses, construída nas suas lavouras de café, milho, nos seus pastos para gado leiteiro e no corte que enriquecem a sua cultura local, com suas belas festas acrescidas pela música de raiz e viola de seu povo.

Tanto as atrações direcionadas as belezas naturais ligadas às trilhas quanto à das manifestações da cultura caipira pulsam em Pardinho e foram ganhando reconhecimento, atraindo investidores e fomentando estas manifestações conferindo-lhes visibilidade como produto turístico.

Pardinho faz parte, desde sua criação, da região turística Pólo Cuesta que é um consórcio criado em 2001, como associação sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver o turismo de forma regional e sustentável através da integração do trabalho em conjunto dos municípios. O consórcio, além de Pardinho é composto por mais onze municípios: Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Pratânia e São Manuel, sendo que três são Estâncias turísticas: Avaré, Barra Bonita e Paranapanema.

Pardinho ocupou por oito anos a Vice-diretoria executiva e em 2017 passou para a Diretoria de projetos. O projeto “Circuito Turístico Cuesta”, que criou em 2016 rotas turísticas temáticas para serem exploradas de bicicleta, trekking, Off Road e cavalos é a expressão mais significativa do consórcio. O projeto visa envolver e interligar por vias urbanas, rurais, estradas vicinais e rodovias os 12 municípios que compõe o Polo Turístico da Cuesta e foi patrocinado pelo próprio consórcio.

Os principais atrativos turísticos em Pardinho são:

- **Mirante Natural – Vista do Gigante Adormecido** - Formada por um mirante natural, um Platô geográfico de aproximadamente 5 km de extensão, localizada na Estrada Municipal Constantino Pauletti de onde é possível avistar de forma privilegiada a formação rochosa conhecida como Gigante Adormecido que aparenta um corpo gigante deitado e a cidade de Bofete ao lado, onde está localizada esta formação rochosa, considerado o cartão postal regional do Consórcio Turístico Polo Cuesta. Este atrativo vem agregando iniciativas comerciais, tais como: Venda do Vivan e Paineira Velha, o passeio do Buggy da Cuesta, desde 2014, a Fazenda Sant’Anna e o Barracão de eventos Casarão Vivan, desde 2016. Segundo especialistas há três pontos de ventos únicos para a prática de para-glider nesta região. Em função desta vista e de sua localização, com seus aproximadamente 1.032 m de altitude, rodeado de nascentes e cachoeiras, seu clima serrano proporciona alvoradas e entardeceres de tirar o fôlego, onde os raios de sol brincam com a neblina sempre presente, em diferentes intensidades promovendo espetáculos únicos a cada dia e a vista penhasco abaixo confere o horizonte infinito. Estando Pardinho classificado entre os melhores céus do mundo, para apreciação noturna tendo no mirante natural da Vista do Gigante um dos melhores locais para esta prática, depois do Mirante do Favorito. O surgimento da lua, principalmente nas fases de lua cheia é outro espetáculo à parte. Movimentando centenas de apreciadores semanalmente. Devido este conjunto de atributos, naturalmente esta estrada tornou-se o eixo turístico principal.
- **Rotas das Trilhas da Cuesta Pardinho** - Dentro do eixo da Estrada Constantino Pauletti conhecida antigamente como Estradas do Picadão e que inicialmente, há mais de cem anos atrás, eram estradas de servidão, por volta de 1990 passaram a serem apreciadas como trilhas de desafio pelos nativos, filhos, netos dos proprietários rurais locais e seus amigos da região. Em 2008 iniciam-se as competições de ciclismo e em 2011 formaliza-se como Eco Trail Pardinho que hoje está na sua sexta edição. O interesse pelas trilhas ganhou mais de cem adeptos na modalidade Off Road nascendo o Passeio Venda Vivan em 2012. Atualmente, as trilhas são formadas por um conjunto de 11 trilhas principais, de diferentes níveis de dificuldade que podem ser acessados a pé, cavalo, bicicleta, moto ou Jipe. As trilhas são denominadas, a saber: Pardinho, Picau, Sofia, Hotel Água Serra, Porterinha Azul, Dráuzio Varella, Paredão/Vista do Favorito, Peão, Caldário, Óleo e Morro Azul. Existem trilhas secundárias, tão ou mais atrativas, mas ainda pouco divulgadas.
- **Ciclo Turismo** - Rota turística que integra os 12 municípios do Circuito Turístico Polo Cuesta que trata-se de uma ciclovia de 530 km que irá percorrer os municípios em rotas segmentadas, sendo três rotas temáticas. A viagem será autoguiada e orientada por mais de 700 placas de sinalização. Os interessados poderão se orientar por setas indicativas ou GPS. Pardinho faz parte da Rota Sertaneja, trilhas destinadas para esse fim. Cada cidade tem seus pontos de apoio

onde o praticante recebe um carimbo em seu passaporte e completando a rota receberá um certificado.

- **Mirante Cuesta Café** - Situado na Estrada Pedro Bosco, pertencente a Fazenda São Pedro do Pardinho, propriedade de família (nasceram aqui ou migraram ou sempre foi de veraneio). Em 2011, iniciou-se a venda dos produtos numa modesta banquinha, o movimento era significativo e chamou a atenção de seu proprietário surgindo a concepção do Cuesta Café unindo o diferencial da produção biodinâmica ao da exuberante paisagem. Ergue-se uma aconchegante construção de frente para o penhasco, com mesas espalhadas numa plataforma natural na Cuesta voltada para a Rodovia Castelo Branco, tendo como fundo uma espetacular vista do pôr do sol refletido na lagoa e à frente uma visão privilegiada do surgimento da lua, principalmente nas fases cheias. Oferece o café em várias versões, pão integral caseiro, farinha de milho e feijão especial.
- **Mirante do Restaurante Paineira Velha** - Restaurante familiar, pequeno, rural que serve somente almoço da tradicional culinária caipira com uma porção de torresmo imperdível e com deck de madeira de frente para a inesquecível Vista do Gigante Adormecido.
- **Fazenda Sant'Anna** - As Fazendas Sant'Anna que pertencem à família do jovem empreendedor Bento Carvalho Mineiro, desde 1974 contribuem para o agronegócio estando comprometida com a criação dos processos de produção ambientalmente corretos. Identifica, mede controla e melhora seus impactos ambientais. A unidade Bela Vista, em Pardinho, foi uma das primeiras propriedades rurais do mundo a ser certificada com o ISO 14001 de Gestão Ambiental. Nada é por acaso. Tudo é inovação e comprometimento. Neste espírito nasce a empresa: Pardinho Artesanal fabricante do Queijo Cuesta elaborado artesanalmente partir do leite cru de vacas da raça Gir, criadas a pasto na Fazenda. É fabricado em tachos de cobre de origem francesa e sua maturação é realizada em prateleiras de madeira por pelo menos 6 meses, permitindo assim o desenvolvimento de textura e aromas singular e bem típico à nossa região assim como de sua casca, que é recoberta por um fungo especial. Um autêntico queijo "Fermier", elaborado em condições ambientais únicas na paisagem da Cuesta permitindo evidenciar o "terror" da região. O Queijo Cuesta é macio e adocicado, com pouco sal, baixa acidez e forte lembrança de amêndoas em seu sabor. Possui poucas e pequenas olhaduras, resultantes de seu processo de maturação.

#### 4.16 Patrimônio Cultural

No município de Pardinho existem bens e imóveis, que ainda não estão tombados por nenhum órgão oficial, formam parte do patrimônio histórico, cultural e artístico de seus moradores e que se destacam também como pontos turísticos.

Dentre os monumentos históricos destaca-se a Igreja Bom Jesus do Ribeirão Grande. Situada no bairro Ribeirão Grande entre os rios Santo Ignácio e Paranapanema, no início da Serra de Botucatu, na altura do Km. 198 da Rodovia Castelo Branco, teve significativa importância na economia no final do século XVII, na ocupação do interior paulista quando foram doadas as primeiras sesmarias. Por mais de um século foi cenário das grandiosas festas ricamente ornamentada com imagens e castiçais raríssimos trazidos da Itália, de alto valor, que enriqueciam o templo atraindo pessoas de toda região, principalmente na festa de seu padroeiro realizada em 06 de Agosto, mas que ficou totalmente esquecida e em 1973 com a

passagem da rede de alta tensão terminou-se de destruir a igreja, mas seus devotos mantiveram a tradição e lutaram para reergue-la para orar e fazer suas preces por seus entes queridos lá sepultados e cultivar as boas lembranças do local. Foi reinaugurada em agosto de 1999, com missa campal seguido do lançamento da pedra fundamental e o retorno das festividades que hoje atraem mais de 4 mil pessoas durante os seus festejos.

Outro patrimônio histórico importante em Pardinho é a **Igreja Matriz Divino Espírito Santo**; erguida em 1894 de uma generosa doação de João Antônio Gonçalves em louvor ao Divino Espírito Santo com missas, batizados e casamentos mensais. A construção atual teve início em 1917, portanto completou cem anos agora, em 2017. Devido a demanda de nascimentos e casamentos passou a ter missa semanal. Tem-se registro de festividades desde 1896 com a doação da imagem da Nossa Senhora da Conceição. Desde esta remota data tem-se registros da festa do Divino Espírito Santo, São Roque – São João que mantêm a tradição da fogueira na frente da matriz até hoje.

A Igreja está situada na **Praça Matriz**, espaço cultural emblemático da cidade. Reza a lenda que foi importante ponto de abastecimento das rotas dos bandeirantes e consta na história do município como importante ponto de encontro de tropeiros desde meados de 1800, abrigando a primeira capela e a atual construção da Paroquia Divino Espírito Santo. Sedia o comércio local desde esta época, aonde carros de bois vinham fazer a permuta das suas produções agrícolas, moeda de troca da época. Presenciou toda a evolução histórica, política e admirativa, e até hoje é palco das importantes celebrações municipais. As famílias saíam da missa e confraternizavam nos arredores da praça, onde os jovens praticavam o famoso ritual de namoro, onde os rapazes ficavam parados e as moças rodeavam a praça desfilando, os moradores de hoje contam dos tempos de brincadeira quanto crianças e dos namoros, principalmente nas festas. Abriga as principais festas religiosas, é ponto de partida ou chegada dos principais eventos esportivos e cívicos. Possui um coreto, uma fonte e um aquário aumentando seus atrativos.

Outro patrimônio recente do município é o **Centro MAX FEFFER de Cultura para Sustentabilidade**, prédio construído em 2008, segunda técnicas inovadoras de edificações-verde, de repercussão internacional. Tem como objetivo a Promoção social cultural e a



sustentabilidade do município. Realiza um conjunto de atividades culturais com a comunidade, além de estudos para preservação da cultura local.

Enquanto ao patrimônio cultural imaterial, em Pardinho ocorrem durante o ano vários eventos culturais importantes a serem considerados.

As celebrações tradicionais paulistas acompanham o calendário institucionalizado pela tradição católica, compreendendo determinados ciclos temáticos fixos, a saber: o natalino e de Reis, dentre dezembro e janeiro; o carnavalesco, geralmente entre fevereiro ou março; o da Quaresma e Semana Santa, que se estabelece por quarenta dias após a quarta-feira de cinzas; o do Divino, que ocorre cinquenta dias após a Páscoa; e o Junino, sempre no mês de junho. Porém, a maioria dessas celebrações requer uma longa preparação. Por exemplo, a Festa do Divino costuma ser antecedida, em muitas localidades, por meses de giros (percursos) da Folia do Divino para cantar louvores e reconhecer donativos para a festa.

Dependendo da tradição própria de cada localidade, algumas comemorações podem ser realizadas também em datas diferentes. Assim, festas como as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito ocorrem em datas diversas.

As principais festas e/ou eventos celebrados durante o ano em Pardinho podem observar-se na tabela a seguir:

**Tabela 44 – Principais festas/eventos em Pardinho**

Festa/Evento	Data	Local
Passagem do Ano	Janeiro	Praça da Matriz
Jogo de saia	Fevereiro	Praça da Matriz
Aniversário da cidade	18 de Fevereiro	Praça da Matriz
Trilhão do Pardinho	Março	Trilhas
Abertura Cultural	1º fim domingo Março	Centro Max Feffer
Festa de São José	Março	Igreja S. José
Dia do Rio Pardo	22 de Março	Câmara Municipal
Baile de Tuia – Estações	4 anuais	Centro Max Feffer
Festival João Caboclo	Abril	Centro Max Feffer

<b>Festa/Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
<b>Ecotrail</b>	Maio - Setembro	Trilhas
<b>Corrida dos Gigantes</b>	Maio - Novembro	Serra do Gigante
<b>Festa comunitária das mães</b>	Maio	Praça da Matriz
<b>Sua Majestade: o compositor</b>	Maio	Centro Max Feffer
<b>Corpus Christi</b>	Maio – Junho	Praça da Matriz
<b>Br. Ride Road</b>	11 de Junho	Rodoserv Stop Trilhas
<b>Festa do Divino Espírito Santo</b>	4 de Junho	Praça da Matriz
<b>Festas juninas</b>	Julho	Praça da Matriz
<b>Festa D. Silvia</b>	Julho	Festa de Rua
<b>Sementes do Rock</b>	Junho	Praça da Matriz
<b>Panorama cultural</b>	Junho	Centro Max Feffer
<b>No Rastro do Ferreirinha</b>	Junho	Centro Max Feffer
<b>Encontro de Cururueiros</b>	Agosto	Centro Max Feffer
<b>São Gonçalo</b>	São Gonçalo	Centro Max Feffer
<b>Domingo Radical</b>	17 Agosto	Praça Street Pardo
<b>Festa Bom Jesus R. Grande</b>	1º Domingo de Agosto	Igreja Bom Jesus Ribeirão Grande
<b>Festa Co – Padroeiros</b>	2º Domingo de Agosto	Praça da Matriz
<b>Passeio Venda Vivan</b>	Junho Setembro Dezembro	Venda Vivan trilhas
<b>Dia Municipal do Turismo</b>	Setembro	Câmara Municipal
<b>FESMURP</b>	Setembro	Praça da Matriz
<b>Cavalgada Ferreirinha</b>	Outubro	Trilhas
<b>Festa N S Aparecida</b>	Outubro	Praça da Matriz
<b>Festa caipira das crianças</b>	Outubro	Centro Max Feffer
<b>N. S. das Graças</b>	Novembro	Igreja NS das Graças
<b>Cantada de Natal</b>	Dezembro	Praça da Matriz
<b>Natal das crianças</b>	Dezembro	Praça da Matriz

Fonte: Plano Diretor de Turismo de Pardinho, maio de 2017.

## Mapa 12 - Patrimônio cultural



## 5. Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά – Perímetro Botucatu - Diretrizes

A Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí, Botucatu e Tejuπά foi criada em 1983, através do Decreto Estadual n.º 20.960, tendo como intuito proteger, dentre outros elementos, atributos como as Cuestas Basálticas, Morros Testemunhos das feições geomorfológicas locais, exemplares significativos da flora e fauna regional, o Aquífero Guarani e o Patrimônio Cultural da região. Aproximadamente 70% do território municipal de Pardinho está enquadrado dentro dos limites estabelecidos para a APA, o que torna fundamental observar as diretrizes do seu Plano de Manejo.

### *Diretrizes gerais do zoneamento*

- Estímulo a diversificação do uso e ocupação do solo evitando a cumulatividade de impactos negativos por atividades minerárias, agrossilvopastoris ou de parcelamento do solo para fins imobiliário e industrial;
- Busca de sustentabilidade sócio territorial, mediante o incentivo e difusão de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a proteção dos atributos da APA;
- Conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- Monitoramento das ocorrências de eventos naturais e impactos ambientais antrópicos;
- Aumento da cobertura vegetal nativa;
- Conservação dos fragmentos de vegetação nativa e o restabelecimento / incremento da conectividade, em especial entre os 37 fragmentos prioritários para pesquisa e conservação da biodiversidade indicados no diagnóstico do plano de manejo;
- Conservação e recuperação das faixas marginais, desde a borda do leito maior, dos corpos d'água, perenes ou intermitentes, na largura de no mínimo 30m, para leitos de até 10m de largura e faixas de 50m de largura para leitos entre 10 e 50m, faixas marginais de entorno de nascentes em um raio de no mínimo 50m, e em locais cuja inclinação for igual ou superior a 45 º, equivalente a 100% na linha de maior declive;

- Coleta de sementes de espécies florestais características dos ecossistemas, conforme legislação federal em vigor. Os projetos de coleta poderão ser submetidos ao Conselho Gestor, para manifestação;
- Proteção e conservação da fauna silvestre;
- Controle e Monitoramento do risco de invasão biológica;
- Desenvolvimento de pesquisas, atividades, educacionais e turísticas voltadas ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico da APA;
- Preenchimento de lacunas de conhecimento levantadas durante o diagnóstico do plano de manejo;
- Valorização dos atributos socioambientais e culturais da APA;
- Certificação de práticas e produtos locais;
- Adoção de práticas sustentáveis de produção, a exemplo do sistema orgânico de produção agropecuária e industrial;
- Adoção de políticas públicas e instrumentos econômicos de incentivo à conservação e recuperação ambiental;
- Adequação ambiental e legal das propriedades rurais,
- Compatibilização das diretrizes do zoneamento nos Planos Diretores Municipais;
- Adequação dos sistemas de coleta e tratamento dos efluentes líquidos e de resíduos sólidos;
- Monitoramento dos processos de licenciamento ambiental.

São regras gerais para todas as zonas da APA Corumbataí, Botucatu, Tejuπά – Perímetro Botucatu:

- Proibição do cultivo de produtos transgênicos, exceto para pesquisa controlada;
- Proibição do uso do fogo, exceto para fim fitossanitário, conforme normas vigentes;
- Proibição da degradação, fragmentação ou supressão dos 37 fragmentos de vegetação nativa, indicados no Plano de Manejo como prioritários para pesquisa e conservação.

A área da APA foi dividida em zonas específicas que são aqui transcritas, algumas delas instaladas no território municipal de Pardinho, a saber:

### *a. Zona de Conservação do Patrimônio Natural – ZCPN*

A **ZCPN** é destinada a conservar as áreas mais íntegras e proteger as áreas mais frágeis, restringindo a ocupação e a utilização dos recursos naturais, de forma a garantir a proteção e a conservação do patrimônio natural, representado pelos atributos geomorfológicos que formam paisagens de grande beleza cênica, com trechos de vegetação nativa bem conservada servindo de importantes refúgios da biodiversidade regional. A ZCPN compreende as Cuestas Basálticas, cabeceiras dos cursos d'água que drenam para o interior da APA, mesas e morros testemunhos, e a diversidade biológica ocorrente.

#### Descrição

I - Cuestas Basálticas, incluindo seu sopé, sendo este definido como a base da Cuesta, que possui declividade acima de 8% e uma faixa de 250 metros do seu reverso em direção ao Planalto Paulista, formando uma faixa no sentido oeste-norte da APA, atravessando os municípios de Avaré, Itatinga, **Pardinho**, Bofete, Botucatu e São Manuel;

II - Todos os Morros e Mesas Testemunhos, incluindo sua base com declividade acima de 8%, que se encontram dispersos sobretudo na porção sudeste da APA.

#### *Características Ambientais e Socioeconômicas*

Possui remanescentes significativos de vegetação nativa, sobretudo nas áreas mais declivosas como no fronte da Cuesta e nos morros testemunhos, predominando a Floresta Estacional Semidecidual. As atividades econômicas predominantes são pequenas áreas ocupadas por pastagens, chácaras, culturas anuais, cana-de-açúcar, citricultura e reflorestamento com eucalipto.

#### *Conflitos Existentes*

Cultura anual (milho, soja, feijão, entre outros); erosão; mineração; pastoreio em áreas de vegetação nativa; caça; espécies exóticas da fauna e flora; expansão urbana; despejo de efluentes; pastagens mal manejadas; uso impróprio das faixas marginais dos rios; despejo inadequado de lixo; uso de fogo e barreiras lineares (ex.: rodovias); atividade turística sem regulamentação (campeonatos de parapente; enduros, off-road, entre outros).

## *Normas*

### **Admissíveis atividades ou usos que não impliquem em:**

- Supressão, fragmentação ou degradação da vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração;
- Comprometimento da estabilidade do relevo das cuestas, morros e mesas testemunhos e descaracterização do conjunto paisagístico por eles formado;
- Assoreamento ou poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos dentro da zona ou áreas de drenagem.

### **Usos Permitidos**

- Atividades turísticas de educação e conscientização ambiental, de contemplação da paisagem;
- Implantação de Infraestrutura de turismo e esporte de aventura, tais como trilhas com veículos off-road, motocicletas, voo livre, entre outros, desde que as atividades estejam normatizadas e em áreas licenciadas;
- Atividades agrossilvopastoris utilizando sistema orgânico de produção, conforme Lei Federal nº 1083, de 23 de dezembro de 2003;
- Fabricação de alimentos artesanais e afins;
- Realização de pesquisas científicas e manejo para a manutenção da diversidade genética e populacional da biota;
- Projetos, obras e atividades de utilidade pública, interesse social e/ou baixo impacto nos termos da legislação vigente, desde que não haja alternativas locais e comprometam a integridade das formações geomorfológicas, da fauna e flora e dos recursos hídricos;
- Para parcelamentos de solo para fins residenciais pré-existentes e consolidados, a taxa máxima de impermeabilização permitida por lote será de 20%;
- Utilização de agrotóxicos de baixa toxicidade, segundo a classificação da Organização Mundial de Saúde, e pouco perigosos (classe IV) conforme a Portaria Normativa IBAMA N° 84 de 15 de outubro de 1996 para atividades agrossilvopastoris pré-existentes;
- Geração de energia hidroelétrica, desde que não haja barramento de curso d'água natural.

## Não Permitidos

- Aeródromos, aeroportos, portos e dutovias;
- Obras hidráulicas, sistemas de drenagem e de irrigação de grande porte, a exemplo de pivô central e canhão hidráulico;
- Estações de tratamento de água e de esgoto doméstico e industrial;
- Centrais de geração de energia (hidroelétricas, termoelétricas, nucleares e eólicas), usina de açúcar, álcool e cogeração de energia;
- Aterros de inertes da construção civil, aterros sanitários e necrópoles;
- Extração mineral;
- Agroindústria de pequeno, médio ou grande porte, curtumes, indústrias e distritos industriais;
- Loteamentos e condomínios residenciais e parques temáticos;
- Cultivo e exploração de espécies exóticas invasoras;
- Pulverização de plantações com agrotóxicos através de aeronaves;
- Criação e pastoreio de animais nas encostas, topo dos morros e tabuleiros e nas beiras de corpos d'água.
- Diretrizes e Recomendações específicas para a ZCPN
- Priorização de ações de conservação e recuperação da vegetação nativa, tais como recomposição das faixas marginais dos corpos d'água, de reservatórios e entorno de nascentes, nas cuestas, mesas e morros testemunhos, recomposição e averbação de Reservas Legais, compensação de reserva legal e servidão florestal e a criação unidades de conservação públicas e privadas, visando a integridade da vegetação nativa remanescente e o aumento da cobertura vegetal, bem como o restabelecimento ou incremento da conectividade entre os fragmentos de vegetação nativa;
- Articulação com o setor turístico a normatização da atividade turística e de esporte de aventura buscando seu regramento e a minimização da sua intervenção na ZCPN;
- Monitoramento e manejo das populações de espécies exóticas invasoras visando sua eliminação;
- Articulação com órgãos afins e comunidade rural para que as atividades e usos rurais sejam compatíveis com a legislação vigente, com o tipo de solo e com a classe



de uso dos solos locais e que sejam utilizadas as técnicas de conservação de solo adequadas para cada situação;

- Promoção da adoção de práticas sustentáveis de produção agrossilvopastoril estimulando a transição para o sistema orgânico de produção;
- Realização de inventários e monitoramento da biodiversidade, mapeamento da ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras e endêmicas, e identificação de ações que minimizem os impactos negativos da fragmentação e de barreiras lineares (ex.: rodovias, ferrovias) sobre a fauna;
- Realização de estudos espeleo - arqueológicos das Cuestas, Mesas e Morros Testemunhos.

## *b. Zona de Conservação dos Mananciais - ZCM*

### *Definição e Objetivos*

A **ZCM** é destinada a conservar e garantir a qualidade e quantidade das águas dos mananciais de abastecimento público e restringir as atividades ou obras que potencializem o risco de erosão do solo e a contaminação dos recursos hídricos.

### *Descrição*

Engloba as porções das bacias utilizadas para a captação de água superficial para abastecimento público que se encontram dentro do perímetro da APA, sendo elas: bacia do Rio Pardo, nos municípios de Botucatu e **Pardinho**; bacia do Ribeirão da Água Branca, no município de Guareí; bacia do Ribeirão dos Almeidas, no município de Torre de Pedra; bacia do Córrego do Tanque, no município de Bofete; bacias do Córrego da Igualdade e do Rio Paraíso, no município de São Manuel. Estas bacias localizam-se em diversas províncias geomorfológicas, ocupando áreas pertencentes às Cuestas Basálticas, Planalto Ocidental e Depressão Periférica. As porções dessas bacias localizadas fora do perímetro da APA receberam a denominação de Área de Conservação de Mananciais (ACM).

### *Características Ambientais e Socioeconômicas*

Apresenta diversos usos do solo, com predominância de pastagens, além de reflorestamento com eucalipto e Floresta Estacional Semidecidual, com a presença de fragmentos prioritários para a pesquisa e conservação indicados no diagnóstico do Plano de Manejo da APA.

### *Conflitos Existentes*

Erosão; mineração; assoreamento; captação irregular de água; aterro sanitário e expansão urbana.

### *Normas*

#### **Admissíveis atividades ou usos que não impliquem em:**

- Alteração da qualidade e a quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos a serem utilizados para abastecimento público.
- Permitidos
- Atividades agrosilvopastoris com adoção de práticas de conservação e manejo adequado do solo;
- Atividades industriais cujo fator de complexidade W seja igual ou menor a 2,5, de acordo com o anexo 1 do Decreto Estadual nº o Decreto Estadual 47.397/02;
- Atividades turísticas, de educação e conscientização ambiental;
- Empreendimentos e atividades de utilidade pública, interesse social e/ou baixo impacto nos termos da legislação vigente, na ausência de alternativa locacional;
- Sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários, na ausência comprovada de alternativa locacional;
- Obras hidráulicas para canalização, retificação e/ou barramento de curso d'água para pequenas centrais hidroelétricas e subestação de energia;
- Sistema de captação, tratamento e distribuição de água de acordo com a legislação vigente;
- Captação de água subterrânea seguindo as instruções da Resolução SMA 14/10;
- Aterros de inertes mediante apresentação de projeto específico a ser avaliado pelo órgão ambiental competente;
- Aquicultura nos termos da legislação vigente;
- Esportes de aventura a exemplo de trilhas com veículos off-road, motocicletas, entre outros, desde que normatizadas e em áreas licenciadas;
- Uso e manejo da vegetação nativa nos termos da Lei Federal nº 11.428 de 22/12/2006 e da Lei Estadual 13.550 de 2/6/2009 e demais normatizações vigentes com exceção dos 37 fragmentos prioritários para a pesquisa e conservação indicados no Plano de Manejo;

- Utilização de Agrotóxico de baixa toxicidade segundo a Organização Mundial da Saúde e pouco perigosos (classe IV) conforme a Portaria Normativa IBAMA nº 84 de 15/10/1996, com prazo de 2 anos para adequação das atividades pré-existentes que façam uso de produtos das classes I, II e III;
- Extração de água mineral, respeitando a legislação pertinente.

As atividades minerárias, exceto extração de água mineral, só serão permitidas nesta zona mediante as seguintes condições:

- *I – Quando de utilidade pública, nos termos da Resolução CONAMA 369/06, mediante compensação ambiental, nos termos da Lei da Mata Atlântica (Nº11.428/06) e nos termos da Lei do Cerrado (Nº 13.550 de 02/06/09);*
- *II – Quando de interesse social, nos termos da Resolução CONAMA 369/06, mediante estudos que comprovem a inexistência de alternativa locacional;*
- *III – Quando não localizadas nas microbacias de 1ª e 2ª ordem, segundo Straler 1956 e cartografadas na escala 1:50.000 e nos leitos e nas faixas marginais a corpos d'água, perenes ou intermitentes, na largura mínima de 30m para leitos de até 10m e 50m de largura para leitos entre 10 e 50m, num raio de no mínimo 50 metros ao redor de nascentes e em locais cuja inclinação for igual ou superior a 45 º, equivalente a 100% na linha de maior declive.*

### **Não Permitidos**

- Aeroportos e dutovias caso existam alternativas locais;
- Obras hidráulicas, sistemas de drenagem e de irrigação de grande porte a exemplo de pivô central e canhão hidráulico;
- Aterros sanitários, de construção civil, necrópoles e curtumes;
- Distritos industriais;
- Usinas de geração de energia elétrica, usina de açúcar, álcool e cogeração de energia;
- Loteamentos residenciais com área do lote inferior a 5.000 m<sup>2</sup>, com taxa de impermeabilização superior a 20%;
- Pulverização de plantações com agrotóxicos através de aeronaves.

### ***Diretrizes e Recomendações específicas para a ZCM***

- Monitoramento da quantidade e qualidade de água dos mananciais;

- Estímulo à implantação, a ampliação e a melhoria dos sistemas de redução, reuso, reciclagem e destinação de resíduos sólidos e de sistemas de tratamento de efluentes;
- Priorização ações de conservação e recuperação da vegetação nativa, tais como recomposição de tais como recomposição das faixas marginais dos corpos d'água, de reservatórios e entorno de nascentes, averbação e compensação de Reservas Legais, servidão florestal e criação de unidades de conservação;
- Adoção de práticas adequadas de manejo e conservação do solo agrícola e o controle do uso de agroquímicos, incentivando sistemas orgânicos de produção;
- Estímulo ao planejamento, ordenamento e controle do uso do solo em áreas próximas às captações para abastecimento público ou privado e em áreas vulneráveis à poluição.
- Para as áreas de Conservação de Mananciais, localizadas fora do perímetro da APA, mas contíguas à ZCM, recomenda-se a adoção das mesmas diretrizes e normas de uso adotadas para a Zona.

### *c. Zona Agrosilvopastoril – ZA*

#### *Definição e Objetivos*

A Zona Agrosilvopastoril é destinada ao incentivo da introdução e desenvolvimento de práticas, técnicas e atividades econômicas menos impactantes sobre os recursos naturais, com especial atenção aos recursos hídricos superficiais. Área apta à ocupação em baixa densidade humana com histórico de uso voltado à atividade pecuária, agrícolas, silvicultural e com potencial para o desenvolvimento.

#### *Descrição*

Região localizada predominantemente no reverso da Cuesta onde se inicia o Planalto de Botucatu, diferenciando-se das ZCH1 e ZCH2 pelo fato de estar situada no Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá – Perímetro Botucatu, área do Aquífero Guarani confinado. Engloba parte dos municípios de Avaré, Itatinga, Botucatu, **Pardinho** e São Manuel. Predominam declividades suaves, até 8%. Nas áreas menos dissecadas do relevo afloram arenitos da Formação Marília e nas áreas mais dissecadas, ao longo do leito de alguns rios principais (como o Pardo), afloram basaltos da Formação Serra Geral. Engloba grande parte das

áreas de maior altitude da APA (predominantemente 700 a 1000 metros). Parte das bacias hidrográficas existentes nesta zona drena para a Zona de Conservação e Patrimônio Natural (ZCPN).

### *Características Ambientais e Socioeconômicas*

Zona com forte predomínio de pastagens. Engloba grande variedade de solos, desde solos de alta fertilidade e baixa fragilidade erosiva (predominantemente no município de Avaré) até solos pouco férteis com alta fragilidade erosiva, localizados no reverso da Cuesta.

### *Conflitos*

Poluição das águas superficiais; erosão; assoreamento; caça; espécies da flora exótica e pastoreio nos remanescentes de vegetação nativa.

### *Normas*

**Admissíveis atividades ou usos que não impliquem em comprometimento da integridade dos recursos naturais**

#### **Permitidos**

- Agricultura, pastagem, silvicultura, desde que não conflitantes com as normas previstas em outros instrumentos de ordenamento territorial;
- Utilização de Agrotóxico de classes III e IV conforme a Portaria Normativa IBAMA nº 84 de 15/10/1996, com prazo de 2 anos de adequação para as atividades pré-existentes que façam uso das classes I e II;
- Cultivo de cana-de-açúcar conforme o Zoneamento Ambiental para o Setor Sucroalcooleiro, Resolução SMA 88/08;
- Instalação de estruturas para turismo e/ou para o desenvolvimento de esportes de aventura que impactem negativamente o meio físico, biótico e a paisagem;
- Atividades de esporte de aventura a exemplo de trilhas com veículos off-road, motocicleta e similares, desde que devidamente normatizadas e em áreas licenciadas,
- Aquicultura nos termos da legislação vigente;
- Extração de água mineral, respeitando a legislação pertinente;

- Projetos, obras e atividades de utilidade pública, interesse social e/ou baixo impacto nos termos da legislação vigente e respeitado o disposto no item 37;
- Sistemas de irrigação e drenagem, obras hidráulicas de canalização, retificação e/ou barramento de curso d'água para controle de cheias,
- Empreendimentos lineares como rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, e dutos;
- Aeródromos, aeroportos, portos e estruturas de apoio a embarcações;
- Sistemas de captação, tratamento e distribuição de água;
- Utilização de poços para abastecimento, desde que devidamente outorgado pela DAEE, seguindo as instruções da Resolução SMA 14/10;
- Sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário e industrial,  Pequenas centrais hidrelétricas (PCH), usinas de açúcar, álcool e cogeração de energia, subestação de energia;
- Aterros de inertes, mediante apresentação de projeto específico a ser avaliado pelo órgão ambiental competente;
- Aterros sanitários e necrópoles, desde que não haja alternativa locacional fora da APA.
- As atividades minerárias, exceto extração de água mineral, só serão permitidas nesta zona mediante as seguintes condições:

- *I – Quando de utilidade pública, nos termos da Resolução CONAMA 369/06, mediante compensação ambiental, nos termos da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06) da Lei do Cerrado Lei do Cerrado (Nº 13.550 de 02/06/09) e demais legislações afins;*
- *II – Quando de interesse social, nos termos da Resolução CONAMA 369/06;*
- *III – Quando não localizadas nas microbacias de 1ª ordem, segundo Straler 1956 e cartografadas na escala 1: 50.000 e nos leitos e nas faixas marginais a corpos d'água, perenes ou intermitentes, na largura mínima de 30m para leitos de até 10m e 50m de largura para leitos entre 10 e 50m, num raio de no mínimo 50 metros ao redor de nascentes e em locais cuja inclinação for igual ou superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive.*

## **Não Permitidos**

- Atividades industriais com fator de complexidade W maior ou igual a 4, de acordo com o anexo 1 do Decreto Estadual 47.397/02;
- Loteamentos e condomínios residenciais com área do lote ou fração ideal inferior a 2.000 m<sup>2</sup> e impermeabilização superior a 20% da área;
- Diretrizes e Recomendações específicas para a ZA
- Incentivo ao desenvolvimento de projetos-piloto sustentáveis de produção rural que possam ser difundidos para outras zonas da APA;
- Adoção de práticas conservacionistas e de manejo do solo nas áreas agrícolas, visando a proteção do solo contra a erosão e a conservação dos recursos naturais, com atenção aos recursos hídricos;
- Estímulo à destinação adequada das embalagens de agroquímicos e a lavagem dos equipamentos utilizados na aplicação;
- Estímulo à implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos;
- Estímulo à implantação de sistema de coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos sólidos.

## ***d. Área de Recuperação – AR***

### ***Definição e Objetivos***

A Área de Recuperação é destinada a delimitar os locais onde existe uma concentração significativa de processos erosivos (ravinas e voçorocas) presentes em determinadas áreas da APA e que necessitam de medidas intensivas e prioritárias de recuperação do meio abiótico e biótico visando minimizar ou estancar a degradação e promover a adequação ambiental da área.

### ***Descrição da Área***

Fazem parte da **AR** as localidades onde foram identificados focos de erosão (ravinas e voçorocas). No mapa de zoneamento são representadas, em sua maioria, por pontos devido à sua dimensão em relação à escala da APA. Foram também delimitados polígonos prioritários para recuperação, onde há maior concentração de focos de erosão. Esta área sobrepõe-se as ZCPN, ZCM, ZCH1 e ZCH2. Trata-se de uma delimitação

provisória, pois uma vez recuperada a área é incorporada a uma zona de caráter permanente.

### ***Diretrizes e Recomendações específicas para a AR:***

- Recuperação das áreas degradadas por processos erosivos (ravinas e voçorocas) priorizando aquelas demarcadas pelos polígonos no mapa de zoneamento;

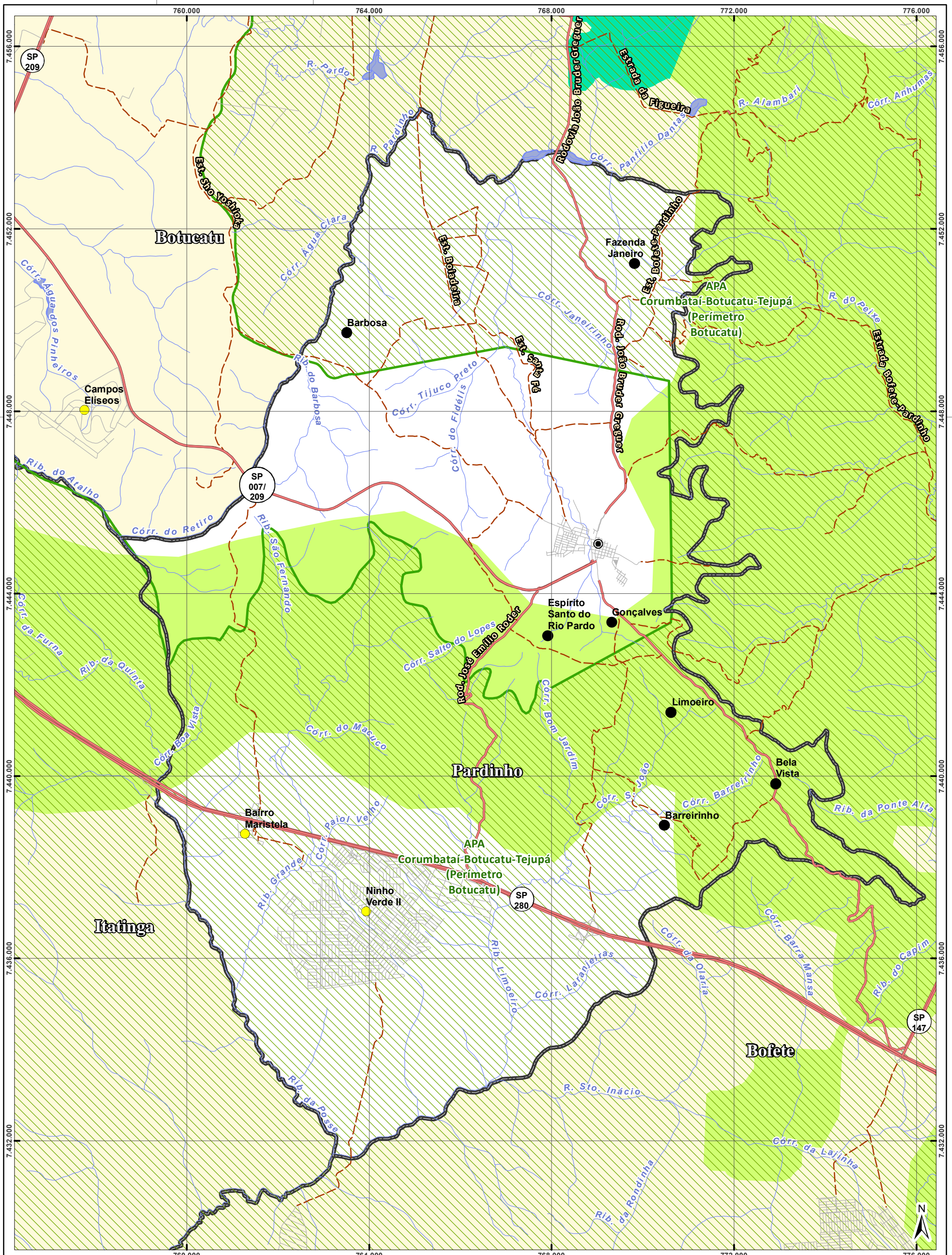
- Atualização do levantamento e acompanhamento da evolução das áreas degradadas por erosão, bem como das áreas recuperadas.

Como se depreende dos elementos constantes do zoneamento do Plano de Manejo da APA, são vários os condicionantes sobre o território municipal de Pardinho a serem observados no que se refere ao uso e ocupação do solo, com impacto direto no licenciamento de atividades de caráter econômico. Como o território municipal está enquadrado em diversas zonas diferentes, será necessário que o PD também observe as diferentes condições recomendadas pelo Plano de Manejo, que deverão fazer parte do escopo do projeto de lei do Plano Diretor construído a partir das discussões técnicas e comunitárias.

Alguns aspectos derivados do exame do Plano de Manejo, como taxa de impermeabilização dos lotes, dimensão mínima dos lotes ou não permissão para determinadas atividades industriais restringem o uso e a ocupação do solo municipal, o que deve estar contemplado no projeto de lei do PD.

### **Mapa 13 - Áreas legalmente protegidas e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade**





<p><b>Convenções cartográficas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sede municipal</li> <li>● Aglomerado urbano</li> <li>● Povoado</li> <li>— Curso d'água</li> <li>— Corpo d'água</li> <li>— Via pavimentada</li> <li>— Via não pavimentada</li> <li>— Via urbana</li> <li>— Limite municipal</li> </ul>		<p>Unidade de conservação de uso sustentável</p> <p><b>Grau de prioridade para conservação</b></p> <p><b>Muito Alto</b></p> <p>● Criação de UC de uso</p> <p><b>Alto</b></p> <p>● Criação de</p>	<p>Localização Geral</p>	<p>0 1 2 4 Km</p> <p>1:78.000</p> <p>Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S          Projeção: Transverse Mercator          Datum: SIRGAS 2000</p>
				<p>Prefeitura Municipal de Pardinho          Plano Diretor</p> <p><b>ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS E          ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA          CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</b></p> <p>INTERAÇÃO URBANA</p> <p>agosto/2019</p>